

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO: Experiências e transformação profissional em contexto pandêmico



Paulo Ricardo Ferreira Pereira
Taísa Rita Ragi
Simone Aparecida Grillo Pereira de Lima
[Organizadores]

PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO:

Experiências e transformação profissional em contexto pandêmico



Paulo Ricardo Ferreira Pereira
Taísa Rita Ragi
Simone Aparecida Grillo Pereira de Lima
[Organizadores]

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerot e
Silva
UNIDAVI/SC
<http://lattes.cnpq.br/8318350738705473>

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán
UFCE- Colômbia
<http://lattes.cnpq.br/0048679279914457>

Profa. Dra Fabiane dos Santos Ramos
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/0003382878348789>

Dr. João Riél Manuel Nunes Vieira de
Oliveira Brito
UAL - Lisboa- Portugal.
<http://lattes.cnpq.br/1347367542944960>

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller
Germani
UFFS- Passo Fundo/RS
<http://lattes.cnpq.br/7956662371295912>

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins
UFFS - Chapecó/SC
<http://lattes.cnpq.br/9818548065077031>

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa
UFN- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/2363988112549627>

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs
UFES - Vitória/ES
<http://lattes.cnpq.br/3913436849859138>

Prof. Dr.Thiago Ribeiro Rafagnin
UFOB
<http://lattes.cnpq.br/3377502960363268>

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/5754140057757003>

Profa. Dra. Liziany Müller Medeiros
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/1486004582806497>

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
UNISC- Santa Cruz do Sul/RS
<http://lattes.cnpq.br/4407126331414>

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio
UFRGS - Porto Alegre/RS
<http://lattes.cnpq.br/7823646075456872>

Prof. Dr. Leonardo Bigolin Jantsch
UFSM- Palmeira das Missões/RS
<http://lattes.cnpq.br/0639803965762459>

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos
UFU– Uberlândia/MG
<http://lattes.cnpq.br/4649031713685124>

Dr. Rafael Nogueira Furtado
UFJF- Juiz de Fora/MG
<http://lattes.cnpq.br/9761786872182217>

Profa. Dra. Angelita Zimmermann
UFSM- Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/7548796037921237>

Profa. Dra. Francielle Benini Agne
Tybusch
UFN - Santa Maria/RS
<http://lattes.cnpq.br/4400702817251869>

Copyright © Arco Editora, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2021 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2021 Arco Editora.

Diagramação e Projeto Gráfico : Gabriel Eldereti Machado

Imagen da capa: www.unsplash.com

Revisão: dos/as autores/as.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Pesquisa, ensino e extensão [livro eletrônico] :
experiências e transformação profissional em
contexto pandêmico / Paulo Ricardo Ferreira
Pereira, Taísa Rita Ragi, Simone Aparecida Grillo
Pereira de Lima (organizadores). -- Santa Maria,
RS : Arco Editores, 2021.
PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-89949-18-3

1. Aprendizagem 2. Coronavírus (COVID-19) -
Pandemia 3. Educação 4. Ensino 5. Formação
profissional 6. Pesquisa - Metodologia 7. Políticas
públicas 8. Prática pedagógica I. Pereira, Paulo
Ricardo Ferreira. II. Ragi, Taísa Rita. III. Lima,
Simone Aparecida Grillo Pereira de.

21-80068

CDD-370.72

Índices para catálogo sistemático:

1. Pesquisa : Educação 370.72

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



10.48209/978-65-89949-18-3

*O padrão linguístico-gramatical, bem como o sistema de citações e referências
bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma maneira, o conteúdo e teor
de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.*

APRESENTAÇÃO

Paulo Ricardo Ferreira Pereira

Taísa Rita Ragi

Simone Aparecida Grillo Pereira de Lima

As atividades de pesquisa, ensino e extensão podem ser concebidas como propulsoras da formação de sujeitos e do vínculo entre os espaços acadêmicos e os campos sociais. Nas últimas décadas, temos observado os avanços da sociedade moderna nos processos de inovações nos campos de pesquisa, ensino e extensão. Nos últimos meses, particularmente, percebemos uma conjuntura complexa (MORIN, 2020) devido às necessidades emergentes de adaptações ao cenário imposto pela propagação do novo coronavírus (Sars-Cov-2), identificado como COVID-19, que instaurou uma pandemia sanitária vivenciada globalmente.

A partir desse cenário marcado pela incerteza e fragilidade das instituições sociais, este e-book apresenta estudos pautados na tríade Pesquisa, Ensino e Extensão, tal qual prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88), Art. 207, que problematizam experiências e transformação profissional realizadas nesse contexto excepcional. Sua composição, através da seleção e disposição dos capítulos, fotografa um momento dessa conjuntura, a qual apresentou inúmeras reorientações e inovações em diferentes áreas do conhecimento.

Esse estudo representa um momento dessa construção, já que estamos imersos ao momento pandêmico, o qual apresentou inúmeras inovações nas mais diferentes áreas de pesquisa que vai levar anos para que seja possível compreender os avanços concretizados e as diferentes maneiras que os pesquisadores se adquiriram para que fosse possível continuar a realização de pesquisa no país.

O livro que temos, agora, a satisfação de apresentar, consiste na culminância de trabalhos desenvolvidos em todo o país com a temática de Pesquisa, Ensino e Extensão: Experiências e transformação profissional em contexto pandêmico, por pesquisadores de diferentes áreas que sentiram a pandemia inserida em seu ambiente de trabalho o transfigurando. São 7 capítulos, cada um deles analisando e refletindo as consequências e os desdobramentos da pandemia na pesquisa, extensão e ensino.

Assim, expomos a descrição resumida de cada capítulo que compõe o nosso livro:

No capítulo 1, intitulado **Letramento Científico X Desconhecimento - Uma Reflexão Sobre A Importância Da Pesquisa**, os autores apresentam uma proposta do caminhar da pesquisa ao longo da pandemia, ou seja, os autores elencam a importância da realização da pesquisa durante a pandemia, assim como as dificuldades encontradas pelos pesquisadores para a realização dela. Assim, o capítulo teve como objetivo central analisar por meio de revisão bibliográfica, a trajetória da pesquisa científica e como ela influencia no contexto atual.

No capítulo 2, que tem por título **Estágio Docente em Tempos de Educação Remota: Reflexões Sobre o Ensino De Língua Portuguesa em Contexto de Pandemia**, na presente obra os autores apresentaram aos leitores a realidade das escolas que tiveram que fechar e mudar o seu ambiente de ensino físico para o remoto, e com essa transposição de ensino e de metodologias, os professores necessitam passar por uma (re)configuração, não apenas em seu modo de pensar, mas em como planejar as aulas e interagir com os aluno por meio das tecnologias de comunicação. Nesse viés, o objetivo central do capítulo é apresentar as reconfigurações que o estágio presencial do curso de licenciatura sofreu ao se adaptar ao modelo remoto de ensino.

No capítulo 3, **Eu Professor: os desafios e as possibilidades para a docência em tempos de pandemia: um mapeamento dessa realidade no Instituto Federal de Pernambuco - IFPE**, o autor reflete sobre práticas pedagógicas desenvolvidas no contexto instaurado pela pandemia de COVID-19, de modo a

ressaltar a formação e a atuação docentes no cenário de tecnologias digitais. No decorrer deste capítulo, o autor avalia questões emergentes no contexto de ensino híbrido.

No capítulo 4, **A extensão universitária na pandemia do COVID-19: a reinvenção das práticas educacionais**, os autores discutem sobre práticas e atividades de extensão universitária concebidas no contexto pandêmico brasileiro, focalizando o uso de tecnologias digitais no ensino superior. Durante a reflexão proposta neste capítulo, os autores ressaltam o papel das universidades e suas relações com o desenvolvimento social das populações, principalmente em uma situação excepcional de crises.

No capítulo 5 chamado: **A extensão universitária na pandemia do COVID-19: A reinvenção das práticas educacionais** os autores tecem uma análise documental dos dados estatísticos da pandemia utilizando uma abordagem crítico-reflexiva levando em conta as resoluções documentais do ensino remoto que permitiram a adoção de práticas extensionistas no Ensino Superior e suas experiências.

No capítulo 6 - **Extensão universitária em tempos de COVID-19; A atuação da URRFJ na produção de máscaras faciais de tecido**, os pesquisadores objetivaram apresentar as ações e estratégias adotadas no projeto: “Confecção de máscaras protetoras como medida de combate à Covid-19” desenvolvidas pela Unidade de Produção de Artigos Têxteis - UPAT/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, que atuou na confecção de máscaras e no desenvolvimento de protótipos que acompanharam a normalização fornecida por órgãos competentes.

Por último, o capítulo 7 - **As contribuições do observatório de desigualdades de Franca durante a pandemia de COVID-19**, apresenta a atuação do grupo de pesquisa e extensão comunicativa e popular Observatório de Desigualdades de Franca (ODF) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Franca, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da UNESP, e em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Plane-

jamento e Análise de Políticas Públicas da universidade com o objetivo de estudar e melhor entender a distribuição territorial das desigualdades no município de Franca/SP, e a Região Administrativa de Franca/SP (RAF), por meio de mapeamento de desigualdades nos municípios, cujo objetivo foi a confecção periódica dos Mapas da Desigualdade de Franca e da RAF.

Ao presente leitor, esperamos que a obra apresentada possibilite uma leitura formativa e que seja profícua para a sua formação.

Os organizadores

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

LETRAMENTO CIENTÍFICO X DESCONHECIMENTO - UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA.....	11
--	-----------

Paulo Ricardo Ferreira Pereira

Taísa Rita Ragi

Simone Aparecida Grillo Pereira de Lima

Doi: 10.48209/978-65-89949-18-1

CAPÍTULO 2

ESTÁGIO DOCENTE EM TEMPOS DE EDUCAÇÃO REMOTA: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTO DE PANDEMIA.....	28
---	-----------

Juliana Marcelino Silva

Evanielle Freire Lima

Doi: 10.48209/978-65-89949-18-2

CAPÍTULO 3

EU PROFESSOR: OS DESAFIOS E AS POSSIBILIDADES PARA A DOCÊNCIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: UM MAPEAMENTO DESSA REALIDADE NO INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO - IFPE.....	46
--	-----------

Maurício Pereira Barros

Doi: 10.48209/978-65-89949-18-0

CAPÍTULO 4

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PANDEMIA DO COVID-19: A REINVENÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS.....	62
--	-----------

Ana Paula da Silva Sotero

Luciano de Oliveira Souza Tourinho

Milly Dias Brito

Stephane Aparecida Ribeiro Reis

Doi: 10.48209/978-65-89949-18-4

CAPÍTULO 5	
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE COVID-19: A ATUAÇÃO DA UFRRJ NA PRODUÇÃO DE MÁSCARAS FACIAIS DE TECIDO.....	80

Débora Pires Teixeira

Luanda dos Santos Alves

Consuelo Salvaterra Magalhães

Celina Angélica Lisboa Valente Carlos

Doi: 10.48209/978-65-89949-18-5

CAPÍTULO 6	
-------------------	--

AS CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE DESIGUALDADES DE FRANCA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19.....	100
--	------------

Anielly Schiavinato Leite

Angélica Vieira de Souza-Lopes

Jacques Felipe Iatchuk Vieira

Doi: 10.48209/978-65-89949-18-6

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	117
------------------------------------	------------

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES.....	120
---	------------

doi

10.48209/978-65-89949-18-1

CAPÍTULO 1

LETRAMENTO CIENTÍFICO X DESCONHECIMENTO - UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA

Paulo Ricardo Ferreira Pereira

Taísa Rita Ragi

Simone Aparecida Grillo Pereira de Lima

INTRODUÇÃO

A agenda do ano de 2020 teve seu curso interrompido, em função de um novo agente da família *Coronaviridae*, à medida em que termos como “isolamento social”, “distanciamento social”, “quarentena”, “lockdown”, “álcool em gel”, “uso recorrente de máscara”, “higienização regular das mãos” e “educação remota” passaram a constituir e integrar o vocabulário do cotidiano. O coronavírus, identificado como SARS-CoV-2¹, foi notificado pela primeira vez no final de 2019 e caracteriza-se por ser um vírus que causa uma doença respiratória, na qual os pacientes podem apresentar um espectro clínico de infecções assintomáticas a quadros graves, contemplando os casos leve, moderado e crítico (BRASIL, 2021). Mediante a sua rápida disseminação em diferentes pontos geográficos, em 11 de março de 2020, momento no qual atingiu-se cerca de 114 países, a Organização Mundial de Saúde (OMS) o qualificou como uma pandemia².

A COVID-19, como foi definida pela OMS e passou a ser assimilada socialmente, instaurou um cenário marcado por um mal-estar vivenciado coletivamente. Tal contexto acentuou crises em diversos setores das instituições sociais e nos sujeitos que as compõem, uma vez que afetou as condições de convívio, lazer, trabalho, pesquisa etc. Birman (2020, p. 13-14) avalia que essa doença “se mostrou como uma catástrofe de enormes proporções humanitárias, sociais e econômicas”, assim como por aglutinar questões “ecológicas e culturais, que atingiu direta e simultaneamente todos os países e continentes do planeta, de forma impactante e vertiginosa.”

Sob esse ângulo, entende-se, a partir de Morin (2020, p. 21), que essa doença promoveu uma “megacrise” ao mostrar que “tudo o que parecia separado é inseparável”, pois engloba diversas questões e múltiplos fatores, qualificando-a como complexa. No campo educacional, observa-se que as implicações dessa

1 *Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2* (Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2).

2 Essa qualificação compreendeu o momento em que a COVID-19 havia atingido 114 países e ocasionado a morte de 4.291 pessoas (BBC, 2020). Conforme dados divulgados pelo Google Notícias (2021), em 21 de maio de 2021, essa doença se propagou mundialmente e atingiu 165.639.253 pessoas, dentre as quais 3.432.672 vieram a óbitos.

doença virótica impactaram não somente na integridade física e mental dos sujeitos, mas igualmente no desenvolvimento e na manutenção das ações demandadas e praticadas por eles.

No contexto do Ensino Superior brasileiro, particularmente, a constituição histórica desse nível contempla como pilares o ensino, a pesquisa e a extensão, tal qual previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88), Art. 207, em uma perspectiva de articulação para fomentar a formação do alunado. Nessa direção, o véu imposto pela pandemia impulsionou uma reconfiguração das atividades e interações humanas, demandando novas (re)orientações e maneiras para manutenção e desenvolvimento de ações científicas, didáticas e extensionistas, o que intensificou as dificuldades e os entraves na abordagem dessa tríade.

Mediante o quadro desenhado, neste constructo, objetiva-se analisar por meio de revisão bibliográfica, a trajetória da pesquisa científica e como ela influencia no contexto atual, além disso será mostrado como o letramento científico se faz presente e contribui para a pesquisa e para a sua disseminação, a fim de mostrar como se relaciona com as diversas áreas da sociedade. Para isso foram estudados diversos autores, que corroboram com estas ideias.

Além desta seção introdutória, as reflexões deste capítulo articulam-se por 5 seções. Na primeira, enfatiza-se a importância da pesquisa para a sociedade. Na segunda, discute-se a realização de pesquisas no contexto pandêmico. Na terceira, evidencia-se a percepção da sociedade quanto à pesquisa e às *fakes news*. Na quarta, focaliza-se o letramento científico enquanto ferramenta de acessibilidade à pesquisa. Na quinta, encerra-se as reflexões com a disposição das considerações finais. Na sequência, dispõe-se as referências utilizadas. É essa articulação que contempla o capítulo em tela.

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA CIENTÍFICA PARA A SOCIEDADE

A pesquisa é um dos eixos estruturantes da modernidade recente, na qual assume papel fundamental para a manutenção e o desenvolvimento da

CAPÍTULO 1

sociedade e do bem-estar do homem. Na contemporaneidade, como reiteram Barros e Lehfeld (2010), o seu auxílio é imprescindível, principalmente quando as preocupações se voltam à produção de conhecimentos científicos que visam a melhoria das populações, através de um pensamento fundamentado na gênese do progresso científico-tecnológico associado ao desenvolvimento social.

Para Ander-Egg (1978, p. 28), a pesquisa pode ser compreendida como “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento.” Enquanto um conjunto de ações sistematicamente críticas, espraiia-se para diferentes contextos de investigação com diferentes abordagens e finalidades para atender ao que é proposto.

Com base em Tozoni-Reis (2010), reconhece-se a pesquisa enquanto um processo de produção de conhecimentos para a compreensão de uma dada realidade (natural ou social) vivenciada pelo o homem, auxiliando-o neste processo de interpretação. Sobre essa questão, essa autora avalia que através do conhecimento científico busca-se compreender situações que nos intrigam e permeiam enquanto sujeitos sociais, i.e., “desde uma simples ação cotidiana, como tomar um banho ou cozinhar uma refeição, até as mais sofisticadas, realizadas por complicadas operações e procedimentos científicos, para desvendar os mistérios do funcionamento da vida [...]” (TOZONI-REIS, 2010, p. 3).

Sob essa ótica, Barros e Lehfeld (2010) avaliam que as ações e atividades de pesquisas científicas conduzem a um esforço dirigido, cujo propósito é a aquisição de conhecimentos que propiciem a solução de problemas teóricos, práticos e/ou operativos, mesmo quando consideram a vivência diária do homem. Nesse contexto atual, ainda em conformidade com essas autoras, percebe-se que a pesquisa não se apresenta mais como um instrumento exclusivo dos meios estritamente acadêmicos.

Historicamente, sua importância para a sociedade é perceptível desde a reflexão de questões abstratas até questões concretas. Dito de outra forma, desde “objetos” distantes do cotidiano até “objetos” julgados como corriqueiros, mas que refletem um percurso intimamente articulado à pesquisa, muitas vezes “desco-

nhecido” por parte da população, dada recorrência na vida cotidiana. Para exemplificar, ressalta-se as pesquisas que proporcionaram a produção, distribuição e aplicação das vacinas contra a COVID-19, para aludir ao contexto pandêmico, que denotam um processo rigoroso de pesquisa científica, tangenciando com dimensões éticas, ideológicas, políticas e econômicas da vida humana, assim como ressaltam noções de progresso no desenvolvimento social a nível global.

Os resultados decorrentes de pesquisas não refletem meramente opiniões particulares, mas reflexões científicas legitimadas por dada comunidade científica, que podem ser contestadas *a posteriori* com os avanços científicos, consolidando-as ou amadurecendo-as. Como ressalta Schulz (2020), em texto publicado no Jornal da Unicamp, no qual reflete sobre o contexto pandêmico instaurado pela COVID-19 e o campo científico, ciência não é opinião, mas conhecimento.

Com a complexidade da vida em sociedade e o advento de fenômenos como a pós-verdade e as *fake news*, a pesquisa científica parece assumir centralidade para a regularidade da sociedade, pois combate às informações tendenciosas e falsas, auxiliando as práticas sociais do homem, além de contribuir com o avanço de diferentes áreas e campos do saber - educação, saúde, administração etc.

No contexto pandêmico, este campo de produção de conhecimentos foi uma das áreas impactadas e, grosso modo, passou a demandar procedimentos e estratégias para a realização de pesquisas, de modo a redimensionar investigações em andamento e a suscitar outras abordagens para orientação dos estudos, como evidencia-se na seção seguinte a esta.

A REALIZAÇÃO DA PESQUISA AO LONGO DA PANDEMIA

A partir de março de 2020 até os dias atuais, vive-se em um patamar com poucos precedentes: a pandemia do coronavírus. Esse fato vem modificando a economia, a forma de pensar e o *status quo*. A sociedade passa por um quadro de transformação intensa, onde a adaptação de formas de trabalhar e viver tiveram que ser sentidas drasticamente.

Na área da pesquisa, muito se tem escrito a respeito desta fase pandêmica, seja na área médica, psicológica e educacional. Os estudos apontam muitas variáveis, mas principalmente o ser humano, este passou a ser objeto de estudo assim como seu comportamento. Muitos pesquisadores têm observado as tendências humanísticas e também como esse dado tem afetado todas as áreas da sociedade.

Szwarcwald e Pina (2020) relataram em uma pesquisa de comportamento entre abril e maio do ano passado, as mudanças de hábitos frequentes durante a pandemia no Brasil, sendo que após a ponderação dos dados e das variáveis demográficas, que foram semelhantes às populacionais, os resultados foram: consumo recomendado de frutas e legumes (22,1%), atividade física recomendada (35,2%), fumo de cigarros (12,3%), consumo abusivo de álcool (6,7%), obesidade (21,2%), hipertensão (18,6%), diabetes (7,1%) e doença do coração (4,4%). De acordo com as autoras, a comparação com os resultados anteriores denota similaridade na maioria das estimativas, salvo os menos favorecidos.

Corroborando com as autoras, de acordo com a Nutriet Brasil - Núcleo de Pesquisas Epistemológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (USP), a pandemia demonstrou os aspectos da desigualdade social no Brasil. Entre eles, a questão sobre alimentação. As pessoas com maior escolaridade em regiões com melhor quadro econômico passaram a comer melhor, de forma mais saudável, reflexo da possibilidade de ficarem em isolamento social e também cozinham em casa. Já quem tem menos escolaridade e continuou sua rotina de trabalho externo nas regiões menos favorecidas economicamente, passaram a adotar hábitos alimentares não tão saudáveis, pois viram seu orçamento diminuir.

Segundo o IBGE -PNADCOVID19, em maio de 2020, eram 8.7 milhões de trabalhadores em atividade remota. Maia e Bernardo (2020) analisaram as condições de trabalho no contexto educacional, pois muitos docentes mudaram do sistema presencial para o remoto. Os dados gerais da pesquisa demonstraram aumento de horas diárias de trabalho e, também, de dias trabalhados durante a semana, entre outros fatores relacionados às condições objetivas de trabalho na

modalidade remota. Os docentes vêm se desdobrando para atender às necessidades.

De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Brasil tem mais de 2,6 milhões de professores na educação básica e superior e são responsáveis pela educação de 57,7 milhões de brasileiros. Cerca de 80% dos docentes de ensino infantil, fundamental e médio atuam em escolas públicas e 15% do total estão em escolas rurais. Na educação superior, eles totalizaram 220 mil. Esse contingente passou para a educação remota em um processo lento de adaptação. Muitas instituições levaram até 6 meses para se adequarem a essa nova realidade. Com isso, sobretudo a educação básica sofreu um impacto significativo em relação ao ensino-aprendizagem da criança e do adolescente.

Cunha, Silva e Silva (2020) em suas análises evidenciaram que o ensino remoto é excludente e piora a qualidade da educação e a desigualdade na área educacional, por esta razão, não garantem a qualidade nem a igualdade da informação. Devido a isso, no período de pós-pandemia, a rede pública terá um grande desafio de reparar as perdas geradas por este formato, logo este reparo demandará grandes investimentos e planejamento na educação básica, além de um cuidadoso trabalho pedagógico. Aos estudantes iniciais do Ensino Fundamental, a orientação foi que, em razão das dificuldades para acompanhar e realizar atividades remotas ou *on-line*, supunha-se indispensável a supervisão e mediação de um adulto. Nesse ínterim, aos estudantes dos anos finais e do Ensino Médio, essa dificuldade é menor devido a autonomia dos estudantes, precisando da orientação e acompanhamento de um mediador. Contudo, o MEC destaca que esse mediador não substitui a atividade profissional do professor. O mediador/supervisor apenas acompanha e orienta o aluno na organização de sua rotina diária de estudos. O processo educativo, essencialmente pedagógico, é função do professor.

Como conciliar tudo isso se o próprio sistema incentiva os estudantes a somente anexar as atividades na plataforma? Estudando a rede pública em geral, a metodologia adotada é assistir às aulas gravadas e entregar as atividades

solicitadas. Alguns estudantes, nas fases da pandemia permitidas, têm ido à escola, porém a maior razão é a necessidade dos pais por terem que trabalhar, ou ainda crianças em situação de extrema necessidade. Ao entendimento geral, isso não gera aprendizagem, contribuindo para o sistema ficar mais deficitário ainda. A rede privada segue com as aulas remotas e o ensino híbrido. Há uma compreensão da comunidade escolar, que essa metodologia é a possível devido ao momento que vivemos, porém outros problemas são acarretados com as aulas remotas para os alunos, como por exemplo não terem as ferramentas adequadas, internet de má qualidade, adequações de ambiente sem falar na concentração, pois esse tipo de organização demanda muita autonomia e controle, coisa que adolescentes ainda estão construindo. Por outro lado, ocorreu a falta de domínio docente em relação às TICs, além da resistência de alguns na adaptação necessária que o cenário exige. Barros e Vieira (2021) relataram que outra dificuldade apresentada é o baixo índice de estudantes desenvolvendo atividades remotas. Houve uma tendência de não priorização dos estudos naquele momento e a perspectiva da ampliação do número de alunos evadidos, em especial na faixa de 15 a 29 anos.

Ainda há as questões psicológicas. Muitos estudiosos da área têm escrito sobre o equilíbrio emocional e psicológico na pandemia. Segundo a fundação Instituto Administração FIA, o equilíbrio emocional é uma competência comportamental que permite reconhecer a influência das emoções e, em resposta, exercer o autocontrole sobre elas, a fim de obter reações mais centradas, racionais e harmônicas, mesmo quando diante de situações extremas, como as crises.

Souza e Carvalho (2021) trazem um estudo de várias comunidades no período de pandemia e as informações levam à percepção de que o cenário pandêmico promoveu a sobreposição de sofrimentos e solidariedades que se ponderar e se organizaram por meio de diversos esforços transpostos por reelaborações, ressignificações e reconexões sociais, culturais e emocionais. O número alarmante de vítimas, a debilidade do sistema de saúde em vários locais, a ausência de equipamentos médico-hospitalares, a suspensão das aulas, o encerramento de empresas, o desemprego em massa, o acúmulo da miséria, associados à ameaça constante de sermos contaminados ou de perdermos alguém próximo, a falta de

contatos físicos com amigos e familiares, toda a instabilidade política que nos acomete, a falta de consenso médico acerca dos protocolos de tratamento da doença, todos esses fatores juntos provocam uma profunda instabilidade social que concorda para a elaboração de uma sensação constante de insegurança.

REFLETINDO SOBRE O LETRAMENTO CIENTÍFICO E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE

Nos últimos anos é possível observar grandes avanços tecnológicos na sociedade, como o surgimento das novas tecnologias de comunicação e informação (TICs), que são responsáveis pela propagação em alta velocidade de notícias e dos novos gêneros textuais, desse modo, é possível compreender que a disseminação de informação, notícia, ciência etc. tornou-se algo de fácil acesso para todos. Todavia, vale ressaltar que apenas a transmissão em massa de conteúdo de nada adianta para o desenvolvimento social, afinal, não basta que a informação seja propagada nas mídias e lidas pela sociedade é necessário um posicionamento crítico e a aplicabilidade de tais conhecimentos.

Nesse viés, há a necessidade de que a sociedade além de ser alfabetizada, também seja letrada, pois como é colocado por Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020, p.23), e através do letramento que o indivíduo vai conseguir lidar com o que é novo, cabe ainda mencionar que “[...] a alfabetização, por exemplo envolve regras e sua aplicação apropriada, os letramentos abrangem, mormente, as formas de lidar com os desafios de ser confrontado com um tipo de texto desconhecido [...]”.

As novas tecnologias de comunicação e informação, possuem uma grande divulgação de textos multimodais na atualidade que necessitam de pessoas letradas para os compreender, no entanto, devido aos avanços tecnológicos supracitados, é possível observar que a pesquisa, elemento que até pouco tempo era restrito para ambientes acadêmicos, universidades, laboratórios, centros de estudos etc., começou a ganhar grande espaço nos novos meios de comunicação. Contudo, com essa grande divulgação de pesquisa à população de massa,

tem-se que muitos não conseguem compreender tais informações devido a falta do letramento científico e com isso, há o surgimento de *fakes News*.

Diante disso, o letramento científico é de grande valia para que a população entenda as pesquisas que estão sendo desenvolvidas e como elas contribuem para o avanço da população. Assim, é necessário que haja uma democratização do acesso à educação, letramento científico, para que a dinâmica social que está relacionada com os avanços científicos e tecnológicos (AULER; DELIZOICOV, 2001), sejam compreendidas, principalmente nesse momento de pandemia.

Diante disso, o letramento científico e a alfabetização científica se colocam como elementos de grande relevância na atual situação pandêmica de grande evolução e propagação científica. Visto que o ensino e divulgação da pesquisa deve ser realizado de uma maneira crítica com o intuito de superar a mera memorização de conteúdo que são apresentados em muitas das vezes de maneiras descontextualizadas. A alfabetização e o letramento científico são conceitos que contribuem para a formação do cidadão com relação ao uso da ciência e da tecnologia (BORGES, 2012).

Direcionando a discussão para a Alfabetização Científica, percebe-se que ela está relacionada à capacidade que um indivíduo possui de usar o conhecimento científico, ou seja, não se trata apenas de saber ler e escrever, mas apresentar habilidades para a compreensão e aplicação das informações científicas no meio social o qual o leitor/indivíduo faz parte (KRASILCHIK; MARANDINO, 2007). Ainda sobre a alfabetização científica Chassot (2010) discorre a esse respeito, afirmando que ela é mais que compreender conhecimentos do cotidiano, trata-se da pesquisa numa linguagem que descreva o que acontece no mundo, ou seja, é a busca do entendimento e da compreensão do mundo através de uma linguagem escrita.

Discorrendo sobre a temática do letramento, Soares (2014) pontua que ele se refere às práticas sociais de leitura e escrita, onde o indivíduo é levado a compreender não apenas os códigos, como na alfabetização, mas a compreender as suas implicações de uso. Assim, o letramento torna-se uma maneira de entender

a si e aos outros através da possibilidade de questionar, com discernimento.

Santos (2007), salienta a necessidade de mudanças metodológicos com relação ao ensino de ciências nas escolas a fim que elas se adequem ao novo formato mundial e leve em consideração a divulgação científica em todas as áreas de conhecimento a fim de que possa preparar alunos que possuam conhecimento crítico e coerência a fim de buscarem a fonte das informações que chegam até eles. Desse modo, Santos (2007, p. 483) propõem que:

A educação científica na perspectiva do letramento como prática social implica um desenho curricular que incorpore práticas que superem o atual modelo de ensino de ciências predominante nas escolas. Entre as várias mudanças metodológicas que se fazem necessárias, três aspectos vêm sendo amplamente considerados nos estudos sobre as funções da alfabetização/letramento científico: natureza da ciência, linguagem científica e aspectos sociocientíficos.

Quando o autor supracitado refere-se a natureza da ciência, ele remete-se ao entendimento do cientista com relação ao seu objeto de pesquisa/trabalho e quais são as limitações. Com relação à linguagem científica, tem-se o ensino de ciência como uma estrutura sintática e discursiva, ou seja, nessa etapa é proposto o conceito da pesquisa realizada e a sua respectiva interpretação a fim de realizar uma avaliação de argumentos científicos. E por fim há os aspectos sociocientíficos, que nada mais é que o ensinar científico com relação às questões sociais como: questões ambientais, políticas, econômicas, éticas, sociais e culturais na perspectiva das ciência e da tecnologia.

Os aspectos sociocientíficos, é a etapa que mais se relaciona com a sociedade pois ela possui os seguintes “passos”,

1) relevância – encorajar os alunos a relacionar suas experiências escolares em ciências com problemas de seu cotidiano e desenvolver responsabilidade social; 2) motivação – despertar maior interesse dos alunos pelo estudo de ciências; 3) comunicação e argumentação – ajudar os alunos a verbalizar, ouvir e argumentar; 4) análise – ajudar os alunos a desenvolver raciocínio com maior exigência cognitiva; 5) compreensão – auxiliar na aprendizagem de conceitos científicos e de aspectos relativos à natureza da ciência (SANTOS, 2007, p. 485)

Nesse viés, o ensino do letramento científico nunca se fez tão necessário como agora, devido a propagação de pesquisas nos diversos canais de comuni-

cação, para que a sociedade/alunos, possam ter acesso a elas de uma maneira consciente, ou seja, que possam compreender o que está sendo transmitido e propagar o conhecimento aos seus familiares de maneira correta. Quando uma pessoa está familiarizada com esse letramento a probabilidade de ela não compreender a pesquisa e divulgar *fakes News* é menor.

A PROPAGAÇÃO DE FAKE NEWS COM RELAÇÃO A PESQUISA NO PAÍS

Como já mencionado anteriormente na contemporaneidade, o índice de informações disponíveis nos meios de comunicação aumentou de forma imensurável, isso ocorreu devido à explosão informacional “em que a informação se prolifera e circula em uma quantidade e velocidade vultosas.” (BRIZOLA; ROMEIRO, 2018, p. 3). Desse modo, a necessidade de informação assim como a urgência de divulgar a notícia, como a pesquisa por exemplo, em primeira mão tem levado grandes mídias a uma crise informacional, ou seja, causando questionamentos com relação à verdade e perda de controle do que é produzido e propagado.

A atualidade não é marcada apenas pela grande divulgação de notícias sobre pesquisa e a pesquisa propriamente dita, é marcada também pela falta de tempo das pessoas, que ocasiona em grandes sequelas com relação a interação da população e a pesquisa. Afinal, sem tempo o indivíduo não consegue verificar a fonte das informações que chegam até ele, havendo assim o crescimento do fenômeno conhecido como o da desinformação.

De acordo com Fallis (2015) a desinformação é constituída através de três quesitos, sendo eles: o quesito para a construção da desinformação é a afirmação de que a ela é uma informação, o quesito que é uma informação enganosa, e por fim o quesito da desinformação não se trata de algo enganoso por acidente, ou seja, há pessoas que se deparam com a informação correta e a molda para se tornar uma desinformação a fim de prejudicar pessoas que não possuem conhecimento de ir em busca da veracidade da desinformação, ou então esse tipo de material é criado com o intuito de favorecer alguma pessoa ou objeto.

Nesses últimos meses de pandemia do vírus do COVID-19, é notável o aumento das fakes news como é mostrado na reportagem do g1¹, a propagação de diversas desinformações, na maioria a respeito da pandemia e dos métodos para evitar a proliferação do vírus na sociedade, são resultados da desinformação que o país vive. Vale ressaltar que a desinformação caminha em conjunto com as *fakes News*, conceito que está em alta em várias áreas da sociedade, principalmente na pesquisa, pois como já elencado a pesquisa se tornou algo de “fácil” acesso a população e desse modo, há a criação de informações *fakes* com relação a divulgação de notícias de pesquisas. A grande propagação de *fake News* e da desinformação ocorre através de redes de comunicação de fácil acesso, como é pontuado por Delmazo e Valente (2018, p.157.) “[...] o foco é colocado na circulação porque conteúdos falsos e desinformação tornam-se *Fake News* em virtude do alcance”.

Nesse viés, uso de ferramentas tecnológicas de fácil acesso e que necessitam de poucos dados de *internet*, pois isso é de consumo populacional, ou seja, grande parte da população tem acesso ao *WhatsApp*, esse app necessita de pouca *internet* para funcionar, assim ele cai ao gosto da sociedade e se torna uma ferramenta de distribuição de *fake News*, e as pessoas que a recebem em muitas das situações propagam a devido a falta de tempo e de acesso a meios de informações confiáveis para apurar a veracidade da informação. Desse modo, observamos a necessidade de:

Ter acesso às fontes de informações é uma tarefa diária essencial na atualidade. Contudo, não basta que se tenha acesso a qualquer tipo de informação, pois é necessário qualidade, relevância e veracidade nos mais diferentes contextos, de forma que sejam evitadas desinformações e notícias falsas nas bolhas informacionais em que somos inseridos. (ZATTAR, 2017, p. 288)

No combate às *fakes News* e a desinformação são necessários que a pessoa se informe em diferentes meios de comunicação e além disso que possua conhecimentos no letramento científico, pois desse modo, o indivíduo poderá ler

¹ Fonte:<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2020/05/03/mais-de-70percent-dos-brasileiros-com-internet-ja-acreditaram-em-uma-fake-news-sobre-coronavirus.ghtml>, acesso em 02 mai. 2021

a pesquisa ou a notícia que fala sobre alguma pesquisa e tirar as suas próprias conclusões com relação ao o que está sendo falado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Grande é o universo a ser percorrido até que as pessoas sejam informadas adequadamente. Talvez nem chegue a este ideal algum dia. A sociedade está cada vez mais apressada em engolir as informações que chegam sem checar se quer, se são verdadeiras. A humanidade atravessa um período de um delicado ciclo: perdas irreparáveis, adaptação às mudanças, convívio exacerbado com familiares próximos, mudanças de paradigma, troca de empregos, depressão, desequilíbrio etc. Todas estas transformações causam maior dificuldade em compreender a valorização da pesquisa. A grande massa não tem interesse em investigar a veracidade das bases. O interesse é cercado por catástrofes. A comunidade científica sofre ainda mais com o contexto pandêmico.

Por outro lado, muito se tem estudado e desenvolvido com o passar dos anos. Há muitos pesquisadores interessados em entender, inclusive as transformações ocorridas. O acesso a internet, proporciona a qualquer interessado, a possibilidade de conhecimento sobre determinado assunto. O letramento científico é imprescindível para que os cidadãos tenham embasamento teórico para opinar e analisar as construções do conhecimento tão necessárias e ao mesmo tempo tão ignoradas. Há uma grande gama de pessoas que não conhecem o mundo acadêmico e se pautam nas fake news. É urgente a conscientização de que é preciso investigar as fontes, realizar pesquisas acerca de todos os assuntos. O contexto pandêmico pode se tornar um divisor de águas nesta questão, promovendo reflexão e debate.

REFERÊNCIAS

ANDER-EGG, Ezequiel. **Introducción a las técnicas de investigación social:** para trabajadores sociales. Buenos Aires Humanitas, 1978.

AULER, Décio; DELIZOICOV, Demétrio. **Alfabetização científico-tecnológica para quê?** Rev. Ensaio, Belo Horizonte, v.03, n.02, p.122-134, jul-dez 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/epec/v3n2/1983-2117-epec-3-02-00122.pdf>. Acesso em: 25 mar. De 2021

BBC NEWS. **Coronavírus:** OMS declara pandemia. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-51842518>. Acesso em: 20 mai. 2021.

BARROS, Aidil de J. P. de; LEHFELD, Neide A. de S. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BARROS, Fernanda Costa; VIEIRA, Darlene Ana de Paula. **Os desafios da educação no período de pandemia.** v.7 nº 1. Disponível em: <https://www.brazilian-journals.com/index.php/BRJD/article/view/22591> . Acesso em 06 Jun.2021.

BIRMAN, Joel. **O trauma na pandemia do coronavírus:** suas dimensões políticas, sociais, econômicas, ecológicas, culturais, éticas e científicas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2020.

BORGES, Gilberto Luiz de Azevedo. **Ciências nos anos iniciais do Ensino Fundamental:** fundamentos, história e realidade em sala de aula. Volume 10 - D23. São Paulo: Unesp/UNIVESP, 2012. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/47357>. Acesso em: 25 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Sobre a doença:** O que é COVID-19. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRIZOLA, A. C.; ROMEIRO, N. L. **A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, Online First, 20 p., jan. 2018.

CHASSOT, Attico. **Educação consciente.** 2 ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênia Pereira **O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação.** Revista Com Censo #22 • volume 7 • número 3 • agosto 2020 https://repositorio.unb.br/bits-tream/10482/40014/1/ARTIGO_EnsinoRemotoBrasil.pdf

DELMAZO, Caroline; VALENTE, Jonas C. L. **Fake news nas redes sociais online: propagação e reações à desinformação em busca de cliques.** Media & Jornalismo, [S.I.], v. 18, n. 32, p. 155-169, maio de 2018. Disponível em: https://impactum-journals.uc.pt/mj/article/view/2183-5462_32_11. Acesso em: 30 mar. 2021.

FALLIS, Don. **O que é desinformação?** Library Trends, v.63, n.3, 2015. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/579342>. Acesso em 30 mar. 2021.

GOOGLE NOTÍCIAS. **Coronavírus (COVID-19).** Disponível em: <https://news.google.com/covid19/map?hl=pt-BR&gl=BR&ceid=BR%3Apt-419>. Acesso em: 20 mai. 2021.

KALANTZIS, MARY; COPE, BILL; PINHEIRO, PETRILSON ALAN. **LETRAMENTOS.** 1. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2020. v. 1. 408p

KRASILCHIK, M.; MARANDINO, M. **Ensino de ciências e cidadania.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

MAIA, Fernanda Landolfi; BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva. **Trabalho docente e trabalho remoto na pandemia COVID-19.** Remir trabalho. set./2020. Disponível em https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/TRABALHO_DOCENTE_E_TRABALHO_Remoto_NA_PANDEMIA_COVID-19_.pdf. Acesso em: 02 jun. 2021.

MORIN, Edgar. É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos. **Educação científica na perspectiva de letramento como prática social:** funções, princípios e desafios. Revista Brasileira de Educação. v.12 n.36 set./dez.2007, p. 474-550. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n36/a07v1236.pdf>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SCHULZ, Peter. **COVID-19**: ciência não é opinião, é conhecimento. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/artigos/peter-schulz/covid-19-ciencia-nao-e-opiniao-e-conhecimento>. Acesso em: 14 jun. 2021.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6^a. ed.; 6^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

SOUZA, Alessa Cristina Pereira de Souza; CARVALHO, Anne Gabriele Lima Sousa de. **Vivências emocionais na pandemia**: uma perspectiva sociocultural sobre as comunidades universitárias do Nordeste brasileiro. RBSE Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, v. 20, n. 58, pp. 139- 152, abril de 2021. Disponível em: <https://grem-grei.org/wp-content/uploads/2021/03/RBSEv20n58abril-2021-completo.pdf#page=139> . Acesso em 06 Jun. 2021.

SZWARCWALD, Celia Landmann. DE PINA, Maria de Fátima. ConVid - **Pesquisa de comportamentos pela Internet durante a pandemia de COVID-19 no Brasil** - concepção e metodologia de aplicação. Cadernos de Saúde Pública. v.37. 2021. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2021.v37n3/e00268320/> Acesso em: 02 jun. 2021.

TOZONI-REIS, Marília F. de C. **A pesquisa e a produção de conhecimentos**. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/195>. Acesso em: 10 jun. 2021.

ZATTAR, Marianna. **Competência em informação e desinformação**: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.13, n.2, p. 285-293, nov. 2017. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075>. Acesso em: 30 jun. 2018.



10.48209/978-65-89949-18-2

CAPÍTULO 2

ESTÁGIO DOCENTE EM TEMPOS DE EDUCAÇÃO REMOTA: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTO DE PANDEMIA

*Juliana Marcelino Silva
Evaniele Freire Lima*

PALAVRAS INICIAIS

Em mais de um ano de pandemia do Coronavírus no Brasil, em que muitas escolas permanecem com seu espaço físico vazio e precisam lidar com a ausência das inúmeras vidas que ali circulam, todos os que constituem a educação brasileira, os professores, sobretudo, vivenciam, ainda, um processo de reinvenção de suas práticas cotidianas e (re) configuração dos modos de pensar e planejar uma aula. Para além das limitações e restrições que o ensino remoto emergencial tem apresentado, tais como a falta de acesso a bons equipamentos eletrônicos e à internet de qualidade, há uma questão que merece nossa reflexão: a indiscutível necessidade de todos os participantes da escola (diretores, professores, alunos, estagiários) passarem por um processo de aprendizagem e adaptação a essa modalidade de ensino. Diante disso, percebemos que a noção de “aprender o aprender do outro” nunca foi tão fundamental para a educação quanto está sendo em tempos como o nosso. Aprender a forma como o outro está aprendendo. Ouvir e enxergar. Adaptar e planejar. Replanejar e testar. Tais processos fizeram parte desta primeira experiência de estágio remoto, relatada no presente trabalho.

Nessa transposição do estágio presencial ao remoto, fundamentamo-nos na noção de ensino enquanto uma prática humana, complexa e específica, que envolve não só o “saber-ensinar”, mas também fatores de ordem subjetiva dos participantes que integram o trabalho docente (ALVES, 2010). Diante dessa forma de conceber e compreender o processo formador, entendemos a pressuposição freireana de que não há docência sem discência, uma vez que “quem forma se forma e reforma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado” (FREIRE, 1996, p.13). Sendo assim, embora a modalidade de ensino remota tenha transformado o trabalho docente, bem como o ensinar-aprender, acreditamos que a educação ainda se faz a partir dessa via dupla, na qual o aluno ensina e aprende com o professor e vice-versa, Seja esse aprendizado relacionado ao conteúdo curricular ou ao letramento digital, habilidade que se mostrou tão necessária e conflituosa nesse novo sistema.

CAPÍTULO 2

Nessas condições, não se exige para o docente apenas o “saber-ensinar”, mas também o “saber-mexer” em plataformas do *Google (Meet, Apresentações, Jamboard, Classroom)*, aplicativos de *designs*, jogos *on-line*, de forma que a aula se torne mais atrativa e dinâmica para esses alunos, que estão aprendendo a aprender em casa, sem o auxílio e a presença próxima de um professor. Todo esse cenário de exigências e necessidades nos impulsionaram a buscar diferentes maneiras de conduzir a aula remota com o apoio de recursos e ferramentas digitais, partindo da pressuposição de que, ao mudar a modalidade de ensino, não podemos simplesmente transpor o planejamento de uma aula presencial, sem nenhuma adaptação. O ambiente virtual abre inúmeras possibilidades de ensino e aprendizado, fato que deve ser acolhido e estimulado pelo docente, posto que ensinar exige o risco e a aceitação do novo (FREIRE, 1996).

No âmbito dessas perspectivas de ensino, Entende-se que toda e qualquer atividade humana é realizada a partir de interações linguageiras diárias (XAVIER, 2021). Nesse sentido, a linguagem deve ser compreendida enquanto meio vivo e concreto, não só como objeto de ensino e aprendizagem, mas também realização cotidiana, cuja constituição não se refere, exclusivamente, a um sistema gramatical fechado e sem articulação com a vida exterior, mas com a língua em uso, já que esta se concretiza nas práticas sociais (BAKHTIN, 2015). Tal compreensão implica considerar o trabalho docente como um processo realizado a partir de movimentos linguageiros (XAVIER, 2021).

Desse modo, baseados em uma concepção de linguagem como uma atividade humana e dialógica (BAKHTIN, 2015), trabalhamos com o gênero Memórias Literárias e os Adjetivos no estágio supervisionado. Para didatizar esses conhecimentos, além de nos basearmos nessa visão dialógica, também fundamentamos nosso planejamento e regência em uma perspectiva funcionalista da língua, que tem como premissa central a visão das práticas de uso da língua, sendo o uso materializado no texto, visto que este se caracteriza como a unidade básica da língua em funcionamento (NEVES, 1990, 2006).

No presente trabalho, objetivamos apresentar as atividades desenvolvidas no estágio de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental, realizado em sistema remoto, em uma escola do Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande. Para tanto, delineamos três objetivos específicos: 1) descrever as atividades executadas à luz da teoria; 2) identificar as dificuldades e as contribuições da realização do estágio em sistema de ensino remoto emergencial; e 3) refletir sobre os impactos provocados na formação inicial dos estagiários que atuaram em sistema remoto. Para isso, fundamentamo-nos metodologicamente em uma abordagem qualitativa (BODGAN; BIKLEN, 1994), de natureza descriptiva (GIL, 1994) e experiencial (MICOLLI, 2014).

A fim de atender aos objetivos citados anteriormente, organizamos este trabalho em quatro partes. Na primeira, referente a estas palavras iniciais, apresentamos a contextualização e fundamentos teórico-metodológicos em que nos baseamos. Na segunda, descrevemos brevemente como foi a organização e planejamento do estágio. Na terceira, relatamos a experiência de estágio em sistema remoto. Na quarta e última parte, tecemos algumas considerações finais, que, a depender do ponto de vista, também podem ser consideradas como pontos de partida.

ORGANIZAÇÃO E PLANEJAMENTO À LUZ DA TEORIA

Ante o contexto de pandemia no Brasil, as escolas se encontravam fechadas. Desse modo, foi necessário recorrermos a contatos próximos para a indicação de uma professora que estivesse disposta a abrir um espaço em sua sala de aula para a realização do estágio supervisionado. Depois de algumas indicações, entramos em contato com uma professora que atua em duas escolas municipais de Campina Grande - PB. A docente nos acolheu de forma simpática e amigável, aceitando a supervisão do estágio na escola CEAI Governador Antônio Mariz, em duas turmas – 6º ano “A” e “B”.

Decidida a escola, a professora supervisora, as turmas e os horários, iniciamos a observação. Para isso, estabelecemos dois dias em duas semanas distintas, correspondentes a 15 e 22 de março de 2021, para as observações.

Na primeira, muitos alunos estranharam o aparecimento de uma nova pessoa na sala virtual. Um deles, o que acreditamos ser o mais desinibido, ligou o microfone e perguntou imediatamente à professora supervisora “quem era essa mulher”. Porém, logo obtivemos a oportunidade de nos apresentar para os alunos, falar quem éramos, o que estudávamos e, principalmente, o que estávamos fazendo ali.

Findado esse momento de apresentação, a professora iniciou a aula, visto o pouco tempo que se tinha para trabalhar (30 minutos de aula para cada turma). Nessa aula do dia 15 de março, a professora retomou conhecimentos linguísticos provavelmente já aprendidos pelos alunos, como tipos de textos e modalidades da linguagem, além de questões básicas, como iniciar nome próprio com letra maiúscula e começar parágrafo com espaço. Após esse momento, a professora corrigiu uma atividade de interpretação do gênero tirinha encaminhada na semana anterior. Percebemos que ela optou por focar no processo de construção das respostas dos alunos. Provavelmente, eles responderam a atividade com monólogos. Na segunda aula que observamos, no dia 22 de março, a professora também corrigiu uma atividade. Nesta, o objetivo principal parecia ser estimular aspectos fonéticos e fonológicos da língua, como também gráficos da escrita, uma vez que o primeiro exercício era um ditado de palavras e o segundo um reajuste de um texto escrito, que estava embaralhado e com pontuações inadequadas.

A partir dessas observações, acreditamos que a professora adotou uma concepção de ensino de língua interacional e dinâmica, tendo em vista que utilizou conhecimentos prévios construídos em etapas de aprendizagem anteriores para avançar e chegar ao objetivo de aprendizagem atual. Além disso, a professora, sabendo o nível ainda inicial dos alunos, entende que eles precisam reforçar conhecimentos relacionados às práticas de letramento escolar (leitura, oralidade e escrita), como também conhecimentos do letramento digital. Dessa forma, buscou intercalar a aula entre explicações, leitura, debates acerca das possíveis interpretações do texto e construção das respostas.

Findada as observações, a professora nos forneceu o planejamento do primeiro e segundo bimestre, para estarmos a par de quais conteúdos curricu-

lares haviam sido selecionados para as turmas. A partir disso, ficou acordado que o estágio supervisionado, além das observações, seria composto por cinco aulas com a abordagem de Memórias Literárias e Adjetivos. Nesse sentido, após decidirmos o “para onde ir” e “quais as maneiras adequadas para chegar lá”, o planejamento foi realizado de forma contínua e situada, em busca de atender às necessidades e realidade dos alunos (TORMENA; FIGUEIREDO, 2010).

Diante disso, todo o processo de planejamento e elaboração do plano de ensino foi desenvolvido a partir da devida mediação teórico-metodológica, de forma que conseguíssemos estabelecer e esclarecer os objetivos das aulas, as condições materiais e ferramentas digitais necessárias, o desenvolvimento da ação no tempo, entre outras variáveis (VASCONCELLOS, 2000). No entanto, trabalhamos com a possibilidade de reformular o planejamento quando fosse necessário, levando em consideração a produtividade e recepção de cada ação realizada.

Nesses termos, todo o planejamento envolveu os seguintes passos: 1) (re) conhecimento das condições em que a aula iria ser ministrada; 2) Observação das aulas ministradas pela professora; 3) Reunião e discussão com a orientadora do estágio; 4) Revisão dos conteúdos e objetivos das aulas a serem ministradas; 4) Seleção e separação de textos pertencentes a diferentes gêneros (memórias, vídeos, poemas, tirinhas, charge, anúncio publicitário, fotografias, entre outros) para transformá-los em material didático; 5) Elaboração dos slides para as aulas síncronas no *Google Apresentações* e *Canva*; 6) Elaboração das atividades assíncronas no *Google Formulários*, com base nas necessidades de aprendizagem dos alunos. Todos esses passos foram delineados previamente, a fim de “atingir os resultados previstos de forma mais eficiente” (LUCKESI, 1992, p.121) e significativa.

EXPERIÊNCIAS DOCENTES COM O ENSINO REMOTO

O estágio se constitui como um campo de conhecimento e um instrumento pedagógico que contribui diretamente para a superação da dicotomia teoria e prática (PIMENTA; LIMA, 2006). Tal perspectiva, cujo entendimento parte da

pressuposição de que o curso não fundamenta a atuação do futuro profissional, parece revelar a importância da experiência com o ensino, no decorrer do curso de licenciatura. Diante disso, entendemos, com base nessa experiência com o primeiro estágio (de uma série de quatro: dois no Ensino Fundamental e dois no Médio), o quanto relevante é cada parte que compõe a sua realização. Nas linhas que seguem, descrevemos um pouco dessa caminhada, no intuito não só de registrar em um documento, mas de compartilhar como foi significativo todo esse processo.

A aula do dia 12 de abril de 2021, a primeira que ministramos remotamente através do *Google Meet*, foi um momento não só de explanação inicial do conteúdo, mas também de familiarização com os alunos. Nesse primeiro momento, optamos por perguntar sobre as experiências e recordações deles através de desenhos animados como “O sítio do pica-pau amarelo” e fotografias antigas de lugares turísticos de Campina Grande, como o “Açude Velho” e o “Parque do Povo”. Além disso, destacamos algumas memórias marcantes que eles escreveram no *padlet* coletivo, o qual intitulamos “Baú de Memórias”¹, com o intuito de conhecermos melhor cada aluno e explorarmos as recordações de uma forma mais descontraída no *Meet*. Após essa conversa inicial, fizemos a leitura do poema “O porquinho da Índia”, de Manuel Bandeira. A fim de examinarmos a leitura e percepção dos alunos, pedimos que três deles fizessem a leitura do poema, cada qual o fez com diferentes entonações e ritmos. Na etapa seguinte, realizamos algumas perguntas, relacionando o poema com a Memória Literária, com o fim de que eles percebessem que textos pertencentes a diferentes gêneros podem trabalhar com a memória e a recordação de uma forma poética.

Ademais, também reproduzimos trechos de um vídeo intitulado “Escrevendo na sala de aula - Memórias”², no qual estudantes participantes da Olimpíada de Língua Portuguesa entrevistaram o ator e contador de histórias João Batista Acaíabe, mais conhecido por interpretar o Tio Barnabé, no seriado “Sítio do Picapau Amarelo”. A partir dessa visualização, comentamos sobre o ator e enfa-

1 Disponível em: <https://padlet.com/julianamarcelino54/4lg0yhq0gzyzp6cf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

2 Disponível em: https://youtu.be/_7RkBC9g-Q8. Acesso em: 08 ago. 2021.

tizamos a entrevista que os alunos realizaram, sobretudo no tocante à lista de perguntas sobre fatos da infância do ator.

Desse modo, para essa aula, planejamos vários momentos com diferentes gêneros textuais escritos, orais e digitais que fazem uso das diferentes linguagens, como: sonora, verbal, visual e multissemiótica. Dentre esses gêneros, destacamos a poesia, a conversa sobre memórias marcantes, o reconhecimento de fotos, a contação de histórias e a apresentação de vídeo. Embora a duração da aula estivesse determinada para 30 minutos em cada turma, acreditamos que todo o tempo tenha sido bem aproveitado.

No segundo encontro virtual, datado em 19 de abril de 2021, retomamos a discussão sobre a inauguração do Parque do Povo. Em seguida, apresentamos, através do *Google Jamboard*, fotografias antigas e recentes desse local, conforme as figuras 1 e 2, a seguir:

Figura 1 – Imagens antigas do Parque do Povo



Disponível em: https://jamboard.google.com/d/1eljcsBp98V_WvIz7y1vM0GpyONRRwfwEb1J-vWAcKpQU/edit?usp=sharing. Acesso em: 08 ago. 2021.

Figura 2 – Imagens recentes do Parque do Povo



Disponível em: https://jamboard.google.com/d/1eljcsBp98V_WvIz7y1vM0GpyONRRwfwEb1J-vWAckpQU/edit?usp=sharing. Acesso em 08 ago. 2021.

Com base nessas imagens do antes e depois, discutimos o fato de que as fotografias evocam a recordação de uma pessoa sobre momentos, vivências e acontecimentos que nos marcam de alguma forma. Chagas (2007, p. 54), ao abordar sobre tempo e memória em imagens do passado aponta que “as fotografias ativam a memória e podem ligar o presente ao passado, podendo ainda, promover outras experiências por meio de ações artísticas”. Nesse sentido, optamos por explorar a fotografia de um lugar que todos conhecem, comparando o passado e o presente e evocando lembranças vivenciadas. Como finalização desse primeiro momento, propomos a construção de uma memória literária sobre o Parque do Povo, com a qual os alunos concordaram e propuseram alguns tópicos, quais sejam: comidas típicas, shows, quadrilhas, entre outros.

No segundo momento da aula, realizamos a leitura com os alunos de um trecho do livro “Por parte de paí”. Os alunos demonstraram reconhecer bem as principais características textuais e estruturais de uma memória, o que tornou

mais fácil a abordagem posterior dos elementos que compõem o gênero. Para que eles pudessem exercitar o que aprendemos em sala, elaboramos uma atividade¹ no Google Formulários, contemplando a leitura e a análise de diferentes excertos de memórias literárias.

Na terceira aula, do dia 03 de maio de 2021, no primeiro momento, retomamos alguns aspectos do gênero Memória Literária a partir da leitura de um trecho de livro de Memórias intitulado “Os olhos de vidro do meu avô”, do escritor Bartolomeu Campos de Queirós. A leitura foi feita por um dos alunos da turma. No segundo momento, realizamos uma breve discussão sobre a experiência de leitura (se gostaram ou não do trecho), sobre o enredo (relacionando alguns fatos com vivências pessoais), o narrador, os personagens, o tempo em que se passa a narrativa.

Posteriormente, iniciamos a leitura de uma crônica, com o intuito de começarmos a introduzir os adjetivos, porém, tendo em vista que estávamos fundamentadas em uma perspectiva funcional de ensino de língua (NEVES, 1990, 2006), optamos por não introduzir o conteúdo com definições ou regras gramaticais relacionadas ao adjetivo. Nosso objetivo era de que os alunos percebessem o funcionamento dessas palavras no texto. Nesse sentido, realizamos com eles a leitura da crônica “Galinha ao molho pardo”, do escritor Fernando Sabino, estimulando-os a responder a alguns questionamentos, tais como: como era o quintal? O que tinha nesse quintal? Quais tipos de árvores existiam nesse quintal? Se fôssemos fazer um desenho desse quintal, teríamos informações suficientes? Essas perguntas levaram à identificação dos adjetivos que são essenciais para a compreensão do quintal.

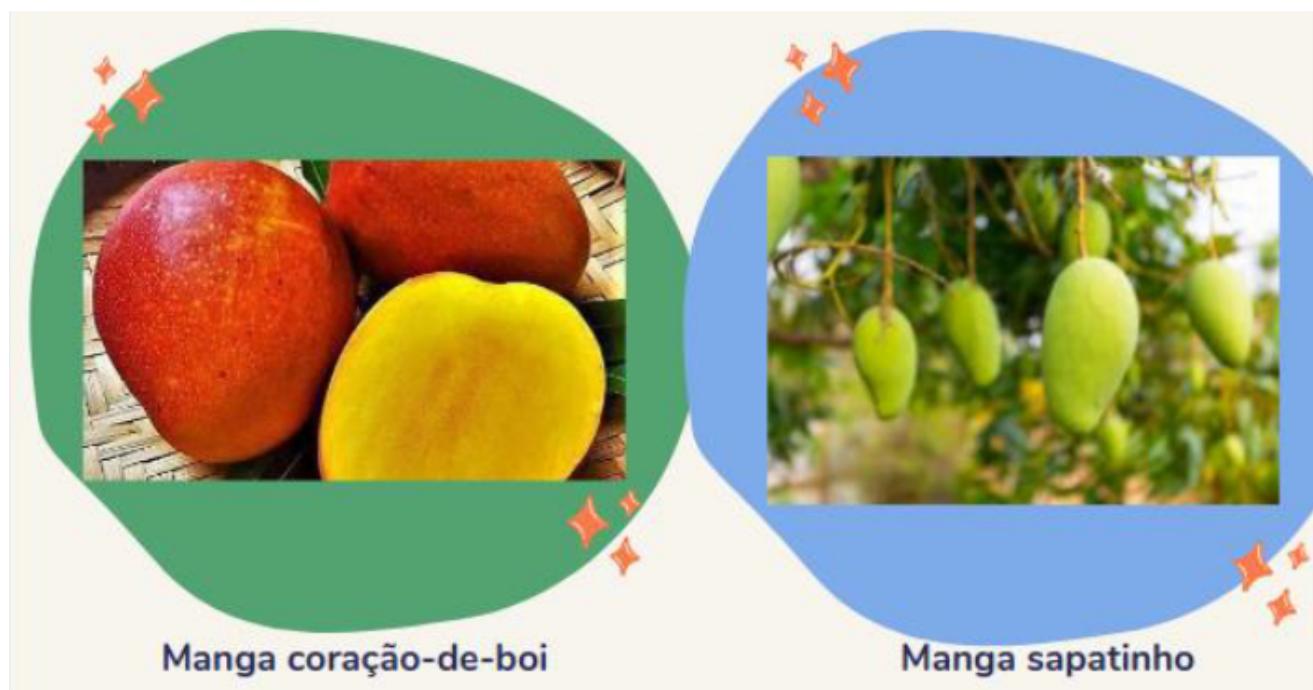
Em seguida, outro aluno realizou a leitura de um trecho da crônica sem a presença dos adjetivos. Imediatamente, eles perceberam a falta que essas palavras faziam no texto, visto que, sem os adjetivos, eles não tinham mais a possibilidade de fazer o desenho proposto, já que não possuíam mais informações necessárias sobre como era o quintal, o que tinha, como a galinha era

1 Disponível em: <https://forms.gle/upBGqpCpgFYVcSv1A>. Acesso em: 08 ago. 2021.

caracterizada, etc. Esse momento inicial da aula conduziu os posteriores, nos quais fomos direcionando o conhecimento para aspectos específicos dos adjetivos, tais como: a palavra que especifica os substantivos em destaque é formada por uma ou mais palavras?

Para visualizarem melhor a formação dessas palavras, relacionando-as com o cotidiano, destacamos as fotos dessas mangas com as respectivas legendas, conforme demonstramos na figura 3, a seguir:

Figura 3 – Recorte dos slides: Adjetivos caracterizadores



Fonte: as autoras (2021)

Esse exercício se mostrou bastante produtivo, uma vez que os alunos demonstraram reconhecer que as palavras que acompanham o substantivo manga funcionam para especificar, para nós leitores, o tipo de manga a qual o autor se refere. Além disso, possibilitou também a conversa sobre a diferença dos tipos de manga comuns em Belo Horizonte, o caso da manga coração-de-boi e sapatinho, e as mangas comuns na Paraíba, como a manga rosa e a espada. Nos momentos posteriores da aula, realizamos com eles a leitura de uma tirinha, com o objetivo de enfatizarmos as palavras que servem para caracterizar os substantivos e pronomes. Por fim, após o estímulo dessa percepção, apresentamos a origem

etimológica da palavra adjetivo (ad + jet + ivo = “aquito que é lançado para perto de”) e a definição dessa classe de palavras.

Na quarta aula, ministrada no dia 10 de maio de 2021, retomamos alguns conceitos que vimos na aula anterior, a fim de verificar se os alunos conseguiram perceber o funcionamento da classe de palavras adjetivo no texto. Percebemos que, embora reconhecessem os efeitos de sentido que a adjetivação provocava, tal como a rica descrição e qualificação de seres, objetos e espaços (CASTILHO; ELIAS, 2012), os alunos não recordaram nomenclaturas, nem classificações, o que é compreensível, uma vez que essa sistematização normativa dos conhecimentos sobre a língua exige uma exteriorização e objetivação de um uso interno e inconsciente (KLEIMAN; SEPULVEDA, 2012), que acontece, sobretudo, na aula de Língua Portuguesa.

Ante esse fator, relembramos algumas ideias e conceitos centrais para conseguir dar andamento ao conteúdo. Em seguida, pedimos a leitura de um aluno da memória literária *Paraíso transformado*¹, escrita por uma aluna finalista das Olimpíadas de Língua Portuguesa. A partir dessa leitura, fizemos alguns questionamentos sobre aspectos comuns ao gênero, de forma semelhante à aula anterior. Nesse momento, os alunos pareceram se entusiasmar quando perguntamos se eles já tinham visto o sol nascer, visto que mais de um começou a comentar sobre lembranças do ano novo ou de outras comemorações em que conseguiram ver o nascer do sol.

Após essa troca de experiências, destacamos algumas palavras no texto, como “pequenas”, “maravilhosas”, “inesquecíveis”, “azul” e “amareladinho”. Perguntamos como elas funcionam no texto, a que ou quem se referem e qual a diferença entre as formas “azul” e “amareladinho”. Em seguida, realizamos, junto aos alunos, a leitura de notícias, tirinhas e propagandas. Além da interpretação textual desses gêneros, enfatizamos a flexão dos adjetivos em número e gênero. Como notamos que eles já reconheciam bem esse conhecimento linguístico,

¹ Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1159/1782.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 ago. 2021.

embora não soubessem que se referia à flexão dos adjetivos, seguimos para o próximo slide, o qual apresentava as flexões mais comuns à classe de palavras adjetivo.

Em nossa última aula, ministrada no dia 18 de maio de 2021, com a participação das duas turmas (6º A e B), planejamos um momento de revisão final a partir da atividade 5¹ formulada e compartilhada no Google Formulários. Para esse último momento, planejamos a revisão da atividade supracitada. Desse modo, os alunos puderam reler, repensar e reelaborar as respostas de uma forma mais dialógica e coletiva. Além disso, devido ao tempo ser maior, também estimulamos um momento mais informal, no qual os alunos, influenciados pelo relato do narrador da memória lida, começaram a relembrar momentos natalinos e festivos com a família e amigos, o que colaborou para conhecê-los um pouco mais, mesmo em um ensino à distância.

Além das aulas ministradas, no início de nossas discussões sobre memórias, não só as que já se intitulam como literárias, mas todas aquelas materializadas em conversas, fotografias, poemas e músicas, propomos que os alunos escrevessem, em uma página do *padlet* (o link para acesso a essa página já foi disponibilizado em nota de rodapé, na página 34), as memórias marcantes que possuem. Desse modo, paralelamente às aulas síncronas realizadas, os alunos foram escrevendo, inicialmente de forma tímida e acanhada, mas depois desenvolvendo melhor essas lembranças marcantes, sobretudo após recuperarmos algumas passagens das memórias nas aulas síncronas, enfatizando o quanto cada lembrança é especial e única.

Na figura 4, a seguir, demonstramos como ficou a página que se encheu com nossas memórias e lembranças marcantes, as quais intitulamos: Baú de memórias: recordar e reviver.

1 Disponível em: <https://forms.gle/Q3eUEJJCfjcBWgmi8>. Acesso em: 08 ago. 2021.

Figura 4 – Baú de memórias no padlet

Disponível em: <https://padlet.com/julianamarcelino54/4lg0yhq0gzyzp6cf>.
Acesso em: 08 ago.2021.

A construção desse baú foi um processo importante e relevante para a primeira experiência com a prática educativa, em contexto de ensino remoto. A partir dessa atividade, extra e não obrigatória, mas profundamente produtiva e especial, os alunos puderam compartilhar um pouco do que são, das lembranças que carregam em si. Nesse sentido, pudemos ler cada momento marcante, incluindo Natal com a família, nascimento de irmãos e viagens, com um olhar mais sensível para o outro. Aqui, não avaliamos especificamente o conteúdo trabalhado para a disciplina Língua Portuguesa, embora todo esse aprendizado se revele de forma dinâmica e interativa na escrita detalhada e cuidadosa de cada memória, mas deixamos como um espaço aberto, para nos expressarmos livremente. As lembranças dos alunos, quase sempre retomadas nas aulas e comentadas por nós, com o objetivo de destacar alguns aspectos e os relacionar com o que

estávamos aprendendo sobre memória, pareceu fazer sentido, tanto para nós, quanto para eles. As pequenas memórias podem ser vistas como o nascer de vários brotos, que precisam ser regados posteriormente para crescerem.

PALAVRAS FINAIS

Como diria Paulo Freire, é preciso conjugar o verbo esperançar. Nesse estágio, com a colaboração e apoio de professoras (orientadora e supervisora) e de todos os alunos, pudemos conjugar o verbo esperançar coletivamente: “nós esperançamos”. Em tempos sombrios, no qual lutamos para vencer um vírus e, simultaneamente, ainda travamos uma grande e velha batalha em defesa da educação, da ciência e da pesquisa, o ensino se torna uma forma de resistência.

Nessa experiência relatada, planejamos as aulas, com o intuito de que o aluno não enxergasse a língua como um descarregamento de regras, nomenclaturas e normas, mas que a compreendesse enquanto mecanismo vivo e dinâmico; como elemento fundamental para nossa existência. Diante dessas considerações, ao planejar e ministrar as aulas no *Google Meet*, esperamos contribuir com o desenvolvimento do potencial comunicativo do aluno, como também fazer com que eles reflitam sobre o funcionamento da própria língua.

Sendo assim, baseadas na concepção de que não aprendemos a língua materna nos dicionários e nas gramáticas, mas sim “durante a comunicação verbal viva que se efetua com os indivíduos que nos rodeiam” (BAKHTIN, 1992, p.301), optamos por sempre partir da leitura, interpretação e análise de textos pertencentes a diferentes gêneros comuns ao cotidiano dos alunos. Nesse sentido, nossa proposta de ensino de língua foi estruturada com base no ensino de um gênero central – a Memória Literária –, na qual focalizamos características estruturais e linguísticas, bem como os elementos que compõem a narrativa. Subjacente a esse estudo, também focalizamos aspectos mais formais da língua, como por exemplo, o uso e a flexão dos adjetivos nesse e em outros gêneros. Porém, buscamos introduzir esse estudo da gramática de acordo com as condições reais de aprendizado e com uma perspectiva funcional da língua (NEVES, 2006).

Com base no retorno dos alunos nas aulas síncronas e assíncronas, percebemos que eles conheciam as características e elementos que compõem o gênero Memória Literária, tais como a presença de personagens, de diferentes espaços e do tempo no passado. Porém eles ainda sentiam dificuldades em reconhecer a diferença entre entrevistado, autor e narrador, bem como o jogo entre passado e presente no texto, o que nos impulsionou a sempre realizar questionamentos sobre esses elementos após cada leitura.

Na última aula, notamos que eles já conseguiram fazer esse reconhecimento de forma mais segura e confiante. Já em relação ao estudo dos adjetivos, percebemos que, embora reconhecessem os efeitos de sentido que a adjetivação provocava nos textos, tal como a rica descrição e qualificação de seres, objetos e espaços (CASTILHO; ELIAS, 2012), os alunos não recordavam nomenclaturas, nem classificações, o que é compreensível, uma vez que essa sistematização exige uma exteriorização e objetivação de um uso interno e inconsciente (KLEIMAN; SEPULVEDA, 2012), a qual é alcançada com a prática de uso e reflexão constantes. Desse modo, mesmo com o pouco tempo disponível, enfatizamos nos aspectos funcionais e discursivos do uso dos adjetivos, sem deixar de apresentar as nomenclaturas tradicionalmente associadas a esses usos.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.23), “toda educação comprometida com o exercício da cidadania precisa criar condições para que o aluno possa desenvolver sua competência discursiva”. Assim, em busca de atender a esse objetivo, mesmo diante dos limites e restrições de um estágio remoto, desenvolvemos as atividades ora relatadas. Finalizamos, portanto, este relato, com a sensação de um dever cumprido, mas também com a certeza de que ainda há muito a se caminhar, aprender e ensinar.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. F. O trabalho docente (re)visitado. In: _____. *O trabalho dos professores: saberes, valores, atividade*. São Paulo: Papirus, 2010, p. 37-74.

BAKHTIN, M. *Teoria do romance I*. A estilística. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2015.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BANDEIRA, M. Porquinho-da-Índia. In: *Antologia poética*. 12. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

BODGAN, R. C.; BIKLEN, S. K. *Investigação qualitativa em educação*. Tradução: Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares Nacionais*: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa. Brasília. MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pdf/portugues.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2021.

CASTILHO, A. T. de; ELIAS, W. M. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia*: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

KLEIMAN, A. B.; SEPULVEDA, C. *Oficina de gramática*: metalinguagem para principiantes. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

LUCKESI, C. C. Planejamento e avaliação escolar: articulação e necessária determinação ideológica. *Revista Ideias*, n. 15, p.115-125. São Paulo: FDE, 1992. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_15_p115-125_c.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021.

MICOLLI, L. *Pesquisa experiencial em contextos de aprendizagem*: uma abordagem em evolução. São Paulo: Pontes, 2014.

NEVES, M. H. M. *Gramática na escola*. São Paulo: Contexto, 1990.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, M. A. B. Paraíso transformado. *Olimpíada de Língua Portuguesa*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/memorias.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

PIMENTA, S. G.; LIMA, S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. *Revista Poesis*, v.3, n. 3 e 4, p.5-24, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271147223_ESTAGIO_E_DOCENCIA_DIFERENTES_CONCEPCOES. Acesso em: 16 mai. 2021.

QUEIRÓS, B. C. de. *O olho de vidro do meu avô*. São Paulo: Moderna, 2004.

QUEIRÓS, B. C. de. *Por parte de pai*. Belo Horizonte: RHJ, 1995.

SABINO, F. Galinha ao molho pardo. In: *O menino no espelho*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

TORMENA, A. A.; FIGUEIREDO, J. A. *Planejamento*: a importância do plano de trabalho docente na prática pedagógica. 2010. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_ped_artigo_ana_aparecida_tormena.pdf. Acesso em: 16 mai. 2021.

VASCONCELLOS, C. S. *Planejamento*: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 9 ed. São Paulo: Libertad, 2000.

XAVIER, M. M. Leituras do agir docente em contexto de estágio supervisionado: a linguagem sobre, no e como trabalho. In: DANTAS, A. de M.; XAVIER, M. M.; MESSIAS, R. A. L. *Vivências em estágios supervisionados*: diálogos entre o saber e o fazer. São Paulo: Mentes Abertas, 2021.



10.48209/978-65-89949-18-0

CAPÍTULO 3

**EU PROFESSOR: OS DESAFIOS
E AS POSSIBILIDADES
PARA A DOCÊNCIA EM
TEMPOS DE PANDEMIA:
UM MAPEAMENTO DESSA
REALIDADE NO INSTITUTO
FEDERAL DE PERNAMBUCO - IFPE**

Maurício Pereira Barros

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira tem passado por profundas transformações em praticamente todos os seus segmentos, principalmente, no que tange ao campo social, político, econômico e científico, decorrentes do desenvolvimento tecnológico e da passagem para a denominada sociedade do conhecimento. Na categoria docente nesse cenário de pandemia, essas transformações vendo sendo uma constante.

Mas, no contexto da pandemia que assolou o mundo nesses últimos meses do ano de 2020/2021, tem-se um cenário que é marcado pela urgência na implantação da cultura tecnológica nas instituições de ensino, afetando o comportamento das pessoas, no modo de pensar e atuar, nas relações sociais, no trabalho, enfim, em todos os aspectos da vida humana.

Mais afinal, quais as inovações no campo das tecnologias, em especial a internet, provocaram mudanças nas mais diversas áreas, setores e serviços da sociedade contemporânea? Na área da educação, favoreceram a criação de ambientes educacionais mais flexíveis que podem ser acessados a qualquer tempo, de diversos lugares para a realização de atividades colaborativas e ainda, o acesso aos conteúdos, bibliotecas virtuais e o compartilhamento de informações.

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), entraram nesse cenário, como um divisor de águas, trazendo em sua conjuntura, ramificações e processos desafiadores de sanar a escassez desse cunho educativo, o que foi propício frente a urgência de utilização das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) no processo educacional, fortalecendo a perspectiva da necessidade da incorporação das TDIC na escola, por meio de práticas inovadoras e sólidas para os processos de ensino e de aprendizagem.

Objetiva-se nesse estudo, buscar possibilidades e aparatos de cunho pedagógicos voltados a prática docente nesse período de pandemia. Analisando assim os impactos negativos que assolam o processo educativo no Instituto Federal de Pernambuco campus Petrolina – PE.

CAPÍTULO 3

O interesse pela temática em questão se constitui na busca da compreensão das relações que se estabelecem na interação dos componentes educação e tecnologia, notadamente, no que se refere à formação dos profissionais que trabalham nas instituições de ensino e a sintonia dessa formação aos requerimentos da sociedade atual. A temática em si apresenta uma relevância de cunho social e profissional bastante peculiar, pois ao tempo que tem essa amplitude de acolhimento para com os alunos em evidencia, traz subsídios extremamente peculiares sobre abordagens docentes, e como estes vem enfrentando esses novos desafios impostos pelo novo.

Contudo, este cenário de mudanças impõe novos ritmos e dimensões aos processos de ensino e de aprendizagem (KENSKI, 2003), pois a difusão e os avanços tecnológicos favoreceram a remodelagem dos processos de ensino e, propiciaram a difusão de novos modelos e projetos. Nesse sentido, emerge a necessidade de diversificar estratégias de uso dos recursos tecnológicos de modo a criar condições mais efetivas para a aprendizagem.

Com o objetivo de investigar a articulação pedagógica das tecnologias digitais de informação e comunicação em articulação com as ações nos cursos presenciais, adotou-se procedimentos metodológicos que fundamentaram o tratamento que se deu, optou-se pela metodologia de abordagem qualitativa (descritivo-exploratória), tanto na coleta e análise dos dados quanto em sua apresentação, por entender que assim se pode traçar um itinerário para alcance dos objetivos (COSTA, 2020). Conforme Prestes (2003, p. 30), a metodologia de abordagem qualitativa, “preocupa-se em analisar e interpretar os aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento”.

Para tanto, o trabalho textual aqui apresentado, se organiza em quatro seções diretas e sequencias, sendo elas a introdutória da temática evidenciada, sua fundamentação com princípios teóricos, os resultados elencados ao longo da pesquisa e por fim seu processo conclusivo. Convém destacar que um estudo

CAPÍTULO 3

de caráter exploratório, como o presente apresentado, tem como objetivo instigar questionamentos e não encontrar conclusões; revelar perspectivas; familiarizar-se com o fato; permitir a identificação de problemas para estudos posteriores (CERVO, BERVIAN e DA SILVA, 2010). Sendo que para o texto ora apresentado consta de duas dessas etapas, Sendo que a primeira, consistiu em uma revisão bibliográfica que serviu para subsidiar o aporte teórico e a análise dos dados coletados. Na segunda etapa, ocorreu o planejamento e estruturação de uma proposta didática com base na utilização de ferramentas do Google, como o *Classroom* e o *Meet*.

Espera-se na etapa final, realizar a tabulação, a análise e a discussão dos dados coletados ao longo do trabalho pedagógico pensado. Para a coleta dos dados propõe-se basicamente o registro oriundo do acompanhamento das participações nas atividades em sala de aula virtual (*classroom*) e o *feedback* em “rodas” de conversa virtual ao fim dos componentes curriculares sobre a experiência obtidas nos Cursos de Licenciatura do IFPE.

DESENVOLVIMENTO

No âmbito destas mudanças, o presente estudo versará sobre a incorporação das TDIC e as perspectivas para o processo de ensino e aprendizagem, frente à incorporação dessas tecnologias como ferramentas educacionais, com vistas a uma atuação mais dinâmica e participativa de estratégias virtuais e presenciais de ensino.

A proposta de aprendizagem invertida é abordada por Bergmann (2018):

Sobre a perspectiva da interação dos alunos com material introdutório antes de ir para sala de aula. Segundo o autor, esse material substituiria a instrução direta em sala de aula, por vezes considerada aula expositiva. O propósito de inversão da sala de aula consiste no melhor aproveitamento do tempo em sala de aula para dedicação à aplicação, análise e prática dos conteúdos trabalhados. (BERGMANN, 2018, p.68).

A formação e atuação de professores para o uso das tecnologias na Educação envolve o domínio dos recursos tecnológicos com a ação pedagógica e com

os conhecimentos teóricos necessários para refletir, compreender e transformar esta ação.

Nesse processo discursivo, é importante o conhecimento das políticas destinadas à educação “tecnologizada”. Sendo necessário também, compreender quais os efeitos práticos no contexto educacional, considerando a dinâmica acelerada do desenvolvimento tecnológico e a sua influência na flexibilização do acesso ao conhecimento (MONTEIRO, 2019).

No teor dessas preocupações, pretende-se possibilitar reflexões acerca dos novos rumos da educação na era do conhecimento, os quais passam, necessariamente, pelas políticas na conjuntura atual e pelas ações que precisam ser desenvolvidas nas Instituições formadoras para adaptação do currículo aos desafios de convergência de estratégias para uma educação que conte com metodologias e ferramentas numa perspectiva híbrida de ensino.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ATIVAS E A APRENDIZAGEM EM TEMPOS DE PANDEMIA

Embora o ensino superior presencial seja o segmento de maior oferta em termos quantitativos, no qual o professor é o principal responsável pelo conteúdo; o ensino mediatizado, especialmente o ensino a distância, vem ganhando cada vez mais evidência no cenário brasileiro e trazendo um enfoque de ressignificação ao papel do professor, não mais como a fonte principal de informação, mas como um facilitador da aprendizagem, exigindo o conhecimento de novas tecnologias, diversificando as abordagens pedagógicas para facilitar o aprendizado dos estudantes (ALAVA, 2002).

As tecnologias digitais utilizadas na modalidade a distância, especialmente os Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), abrem um leque de aplicações ao contexto educacional presencial, que podem favorecer o ensino e a aprendizagem, principalmente, no contexto de pandemia que assola atualmente o mundo. As ferramentas e funcionalidades dos AVAs, indispensáveis à modalidade de ensino a distância, podem ser igualmente exploradas no ensino presencial e no

CAPÍTULO 3

ensino remoto emergencial (ERE).

Considerando o que consta nos documentos oficiais do país, conforme a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (Covid – 19), responsável pelo surto de 2019. (BRASIL, 2020a).

E as orientações da Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, para substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Covid – 19 (BRASIL, 2020):

É ensino remoto e emergencial porque professores e alunos estão impedidos por decreto do Ministério da Educação e Secretariais de Educação de frequentarem escolas, evitando a disseminação do vírus, seguindo os planos de contingências orientados pelo Ministério da Saúde. (BRASIL, 2020, p.103).

Para tanto, torna-se indispensável ao professor a formação técnico-pedagógica que o habilite a planejar, organizar e empregar o uso de ambiente virtuais de aprendizagem (AVA) em suas práticas docentes de forma a propiciar a interação, a cooperação e a participação ativa dos educandos.

Na perspectiva de refletir sobre os novos rumos da educação na era do conhecimento, faz-se necessário desenvolver nas Instituições formadoras um novo olhar para o currículo, de modo a proporcionar a convergência de estratégias para uma educação que contemple metodologias e ferramentas numa perspectiva híbrida de ensino, o que consideramos como práticas pedagógicas ativas. Tendo em vista, a compreensão que a nova realidade passa a exigir outras formas de mediação entre o homem e o conhecimento, que já não se esgotavam no trabalho ou na memorização de conteúdo ou formas de fazer e de condutas.

O desenvolvimento de estudos referentes ao processo educativo exige reflexões cuidadosas, tendo em vista o movimento histórico do real como fator significativo para construção do objeto que se deseja conhecer.

A formulação da perspectiva sociointeracionista de Vygotsky aponta que:

Os processos de aprendizagem e de desenvolvimento ocorrem a partir das interações entre sujeitos em diferentes estágios cognitivos. Assim,

CAPÍTULO 3

pensar os processos educativos pressupõe a elaboração de metodologias que contemplam estratégias e espaços que promovam atividades colaborativas oportunizando aos estudantes o contato com os demais sujeitos do processo educativo e o compartilhamento de saberes e experiências. (VYGOTSKY, 1998, p. 303-308).

Tomando por base o pensamento de Vygotsky (1998), que pressupõe ser a interação a chave da construção do conhecimento, podemos deduzir que a partir da colaboração com o outro, seja este um professor ou um colega, o sujeito pode adquirir habilidades sociais e cognitivas que poderá utilizar em aplicações diversas do seu cotidiano.

Nesse sentido, Moran (2000) contribui ao revelar que aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos, relacionamos, estabelecemos laços entre o que estava disperso, dando-lhe significado, e encontrando um novo sentido. São diversas as investigações que confirmam as potencialidades das práticas colaborativas nos processos de ensino e de aprendizagem.

Para Bessa e Fontaine (2002):

As práticas cooperativas consistem na divisão da turma em pequenos grupos organizados, de forma a existir uma heterogeneidade de todos os elementos, permitindo, o desenvolvimento de atividades de forma conjunta, o que faz com que os estudantes adquiram competências que poderão ser utilizadas no cotidiano, tornando-se cidadãos mais responsáveis, livres, cooperantes e solidários. (BESSA, et.al. 2002, p 12)

O desenvolvimento de atividades colaborativas requer do sujeito envolvido uma postura de autoria do conhecimento, tornando-se, segundo Freire (1997, p.140), “um arquiteto de sua própria prática cognoscitiva”. Ou seja, a colaboração passa a ser um processo não apenas uma participação sem ação consciente da construção, mas um processo de autonomia.

Tendo em vista este momento, em que nossos instrumentos de avaliação são deficitários, é perigoso desenvolver qualquer análise avaliativa a respeito da docência e da formação de professores, pois muitos são os desafios que encontramos no Brasil e no mundo frente ao que estamos vivendo. O que podemos apontar são algumas preocupações que nos perturbam, que nos desafiam como professoras que atuam no ensino superior com a formação de professores

CAPÍTULO 3

Uma de nossas preocupações refere-se à docência, que já passou por inúmeras “modas”, e à formação de professores: escola autoritária, escola nova, tecnicismo, educação popular, escolas críticas, qualidade total, currículo e ensino por competências, Entre outras tendências e aproximações com o que é tido no momento como moderno e representativo da novidade educacional. Atualmente, registra-se a implementação da Base Nacional Comum Curricular –BNCC nas escolas, ao mesmo tempo em que se instituem novas políticas para a formação de professores, alinhadas com as reformas globais da educação.

Tais reformas padronizam as avaliações de larga escala, o currículo escolar, a formação de professores e o exercício da docência, inserindo o modelo do “gerencialismo pretendido pelo GERM e pelas políticas neoliberais” (HYPOLITO, 2019, p. 194). Como diz o autor,

Este modelo, que implica parcerias público-privadas, com a terceirização da produção de materiais didáticos e venda de sistemas apostilados, com inclusão de sistemas de gestão educacional, na forma de aplicativos ou plataformas digitais, que monitoram todo o sistema administrativo e pedagógico, retira das escolas e do professorado o controle sobre o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado (HYPOLITO, 2019, p. 194)

Quando falamos na heterogeneidade de ações no campo educacional no período da pandemia, temos que compreender também que estamos diante de um sistema de ensino que possui um fosso bastante conhecido, que diz respeito às diferenças entre escolas públicas e privadas. Essas instituições possuem um corpo discente com substantivas diferenças socioeconômicas, como bem demonstra a pesquisa de Alves, Soares e Xavier:

E, apesar do acúmulo de conhecimento existente no campo das ciências sociais sobre as desigualdades educacionais, o Ministério da Educação chegou a insistir numa campanha publicitária em prol da manutenção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), na qual era realizado o seguinte apelo: “Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas, pelos livros, internet, com a ajuda a distância dos professores”. Em tom semelhante, meios de comunicação e grupos em redes sociais têm atacado as universidades públicas, exigindo um retorno imediato das aulas, sem se problematizar as condições objetivas para esse retorno.(ALVES, et.al, 1986, p. 03).

CAPÍTULO 3

A análise empreendida pelos autores apontava para um aprofundamento das desigualdades sociais na escola, considerando-se que, apesar desta instituição se apresentar como universal, ela representava uma realidade de classe. Assim sendo, para alguns estudantes a escola demarcava uma continuidade de seu habitus familiar e, para outros, não apenas uma descontinuidade, como também um processo profundamente violento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nessa etapa, foi realizada uma formação institucional de utilização das ferramentas, mentimeter e classroom tendo em vista a adoção das mesmas para o período 2020.1, no Campus Petrolina - PE. Juntamente realizou-se um levantamento acerca dos conhecimentos dos estudantes sobre das ferramentas e o repasse de orientações sobre a proposta didática de como acessar e utilizar nos componentes curriculares a serem ministrados no semestre letivo.

A certeza de que o ensino híbrido veio para ficar e o uso das tecnologias na educação formal são questões que não podem mais ser ignoradas pelos professores, pois vivemos em uma nova era em que é notória a alta utilização das tecnologias, bem como todos os benefícios que ela pode proporcionar para o processo de ensino -aprendizagem. O ensino híbrido se tornou não só uma ótima opção de trabalho para os professores, mas a única alternativa. Muitos professores mesmo antes da pandemia já tinham iniciado essa caminhada, inserindo aos poucos atividades online, usando laboratórios de informática, vídeos educativos e smartphones.

Dos discentes que participaram de forma direta, 74% de acordo com o levantamento realizado através da aplicação de um questionário, mostraram certa insegurança e ansiedade, com esse manuseio e novo formato de educação que seria apresentado em seguida. As disciplinas que compreendem as turmas de Estágio Supervisionado II com uma carga horária de 120 horas, e de avaliação educacional com uma carga horária totalizando 45h/a, foram assim organizadas para o período de 14 de setembro de 2020 a 21 de dezembro e 2020.

CAPÍTULO 3

A tecnologia se caracteriza como um agente de mudança, sendo a rede mundial de computadores – a Internet – um propulsor para a inovação. Após influenciar a forma como as pessoas se comunicam e fazem negócios, a Internet também vem influenciando o modo como as pessoas aprendem, deverá estar associada à forma como os recursos educacionais serão projetados, desenvolvidos, gerenciados e integrados para serem disponibilizados aos estudantes.

Diante desse cenário, concluímos que a educação passou e passa por uma revolução em seus métodos de ensinar. O fato é que não seremos mais os mesmos diante dos hercúleos desafios enfrentados como também das transformações no pensamento de todos os envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem. Muitas consequências ficarão, algumas boas e outras nem tanto, mas todas servirão como aprendizado, seja para valorizar o que tínhamos, seja para ampliar o olhar em um sentido diferente e mais completo. A superação foi a regente de todo o processo. Superação por parte dos docentes e discentes, cada qual com sua dificuldade específica, mas todos enfrentando o desafio do medo, da angústia, da tristeza e da aflição diante da possibilidade de contrair o COVID-19.

De acordo com Lévy (1993, p.75), “as tecnologias têm papel fundamental no estabelecimento dos referenciais intelectuais e espaço-temporais das sociedades humanas; isto é, todas as formas de construção do conhecimento estão estruturadas em alguma tecnologia”. Sendo que, inicialmente na abertura das aulas foi aplicada uma dinâmica com a utilização da ferramenta do mentimeter.com, na qual os alunos responderam ao questionamento (**ver Figura 1**)

Figura 3 – Registro da participação dos alunos das Turmas de Licenciatura em Música e Física do Componente Estágio Supervisionado no site menti.com.



Fonte: Ferramenta Mentimeter.com.

É possível se observar, que das respostas elencadas sobre suas expectativas para com as aulas no modelo remoto, algumas delas se evidenciam de forma mais destacada, como a adaptação, por exemplo, o receio pelo novo, é interessante sintetizar que essas foram palavras precedidas de sentimentos que ao longo do semestre foram se solidificando, de forma gradativa e conceitual, fazendo com que essas angustias fossem dando lugar a segurança. Conforme Kosik (1976, p. 45), os modos de agir resultam da busca por procedimentos de trabalho sistematicamente organizados, que possibilitariam o conhecimento da realidade histórica num processo de apropriação teórica, englobando crítica, interpretação e avaliação dos fatos.

A partir das observações da participação e realização das atividades, o fato que despertou mais atenção foi a adesão e motivação dos estudantes para conhecer as ferramentas. Os participantes estavam envolvidos e pela facilidade de acesso tanto pelos computadores como dispositivos móveis tornou factível a adesão de grande parte dos estudantes até o momento da realização desse estudo.

Para tanto, apresenta-se a convergência entre estratégias virtuais e presenciais como uma das possibilidades de favorecer o desenvolvimento sustentável do processo ensino e aprendizagem, a partir da gestão de processos que permitam ao educando se encontrar e construir/reconstruir seu caminho com liberdade de tentar, de errar e de retomar ao invés de ser dirigido para um ponto escolhido.

A educação mostrou a sua importância e força ante a tantos setores paralisados, superando -se e mostrando a sua capacidade e versatilidade. Porém, tudo isso só foi possível em virtude das novas tecnologias e formas de comunicação, pois sem as tecnologias nada seria possível. Essa é uma realidade que irá nos acompanhar no pós -pandemia, pois aprendemos a utilizar novas ferramentas e entendemos que somos capazes de ir além.

Vale lembrar que é necessário um olhar mais humano e ético com relação à democratização do acesso da população às tecnologias. Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia Vimos neste artigo que esse é um dos grandes desafios enfrentados pelos discentes e docentes em meio à pandemia, e continuará sendo algo imensamente importante dado que é notório que a educação abraçou essa nova possibilidade de educação pautada no ensino híbrido.

CONCLUSÃO

A objetivação do estudo é diretamente alcançado, quando apresenta procedimentos de cunho metodológicos eficazes e que atenda essa clientela em um cenário excepcional. A pandemia vem expondo inúmeras problemáticas sociais, a situação dos docentes não é exceção. Mas o esforço de pensar alternativas para a escolarização durante a quarentena deve necessariamente olhar e problematizar a situação dos professores. Não há educação de qualidade sem um profissional capacitado e com meios adequados de exercer seu ofício.

O êxito na definição e implementação de uma metodologia de ensino e de aprendizagem apropriada à linguagem pedagógica, com suporte das diversas mídias disponíveis, com processos estruturados, objetivos definidos e, um desenho

instrucional que contemple todas as etapas e agentes do processo. Além disso, nenhuma tecnologia sozinha pode resolver os problemas, bem como o sucesso no aprendizado depende mais da forma como esta tecnologia está aplicada no curso, do que do tipo de tecnologia utilizada. Estratégias de ensino envolvendo ferramentas como o *Classroom* e o *Meet* pressupõem interação e colaboração.

Assim, o foco passa de uma educação centrada em um indivíduo isolado com suas potencialidades limitadas para uma proposta de educação focada na coletividade, que permite o desenvolvimento de habilidades cognitivas e sociais, contribuindo para a formação integral dos sujeitos. Nesse sentido, é fundamental que os docentes estejam preparados para utilizar as ferramentas a fim de promover situações didáticas que propiciem interações e cooperações entre todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem.

A partir das reflexões oriundas da experiência adquirida com esta pesquisa espera-se que este trabalho seja propulsor de novos estudos sobre esse tema de significativa relevância, quem tem muito a contribuir tanto com situações de ensino na modalidade a distância, como na modalidade presencial

Para tanto, as instituições que trabalham na formação e capacitação de gestores escolares devem contemplar nas suas estruturas curriculares conhecimentos pertinentes às TDIC. A formação e atuação de professores para o uso das tecnologias na Educação precisa ser desenvolvida sob o aspecto do domínio dos recursos tecnológicos com a ação pedagógica e com os conhecimentos teóricos necessários para refletir, compreender e transformar esta ação.

Outrossim, ressalta-se ainda a necessidade de uma organização administrativa e pedagógica destas instituições, no sentido de articular os componentes espaço escolar e cultura tecnológica, utilizando como ferramentas as tecnologias de informação e comunicação oportunizando uma formação holística tanto por meio virtual como presencial ou convergindo estratégias híbridas de ensino.

Além disso, fica o desafio da conclusão das ações para o período e o desenvolvimento das ações com vista à formação de novos professores com um olhar mais sensível os diversos aspectos, recursos, tempos e momentos para o processo de ensino e aprendizagem ocorrer, mesmo em tempos de pandemia.

CAPÍTULO 3

REFERÊNCIAS

ALAVA, Séraphin & Colaboradores. **Ciperespaço e Formações Abertas.** Rumo a Novas Práticas Educacionais? Porto Alegre/RS: Artes Médicas. 2002.

BRASIL. Ministério de Estado da Educação. **Portaria nº 1.428**, de 31 dezembro de 2018. Dispõe sobre oferta de disciplinas na modalidade a distância em Cursos Presenciais. Diário Oficial da União, seção 1. ISSN 1677-7042, nº 250. p. 59, 31 dez. 2018. Brasília – DF: 2019.

ALVES, Rubem. **A gestação do futuro.** Campinas: Papirus, 1986. p. 03

_____. Atos do Poder Legislativo. **Lei nº 13.979**, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para e enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Publicado em: 07/02/2020. Edição: 27. Seção: 1. p 1. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso: 20 set. 2020a.

_____. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 544**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. Diário Oficial da União, seção 1. Publicado em 17/06/2020. Ed. 114. P. 62. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872> . Acesso: 20. set. 2020b.

BERGMANN, J. **Aprendizagem invertida para resolver o problema do dever de casa.** Tradução: Henrique de Oliveira Guerra. Porto Alegre: Penso, 2018.

BESSA, N.; FONTAINE, A. M. **Cooperar para aprender: uma introdução à aprendizagem cooperativa.** Porto: Edições Asa, 2002. p.12

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

COSTA, Bruno Nunes; MONTEIRO, Fabíola da Conceição Lima Monteiro; COSTA, Breno Nunes. **A percepção dos docentes de biologia sobre o uso das tecnologias no ensino dos componentes curriculares do curso de licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal do Maranhão – Campus Barreirinhas.** Research, Society and Development, v. 9, n. 8. 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2003.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 33-54.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?**: novas exigências educacionais e profissão docente. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LÜCK, Heloísa. **Ação Integrada**: administração, supervisão e orientação educacional. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

HYPOLITO, Álvaro. BNCC, Agenda **Global e Formação Docente**. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./maio, 2019.

MAGGIO, M. O tutor na educação a distância. LITWIN, E. (Org.). **Educação a Distância**: temas para o debate de uma nova agenda educativa. Porto Alegre: Artmed, 2001.

MORAN, José Manuel. Ensino e Aprendizagem Inovadores com Tecnologias. **Informática na Educação: Teoria & Prática**. Porto Alegre, vol. 3, n.1. UFRGS. Programa de Pós-Graduação em Informática na Educação, setembro de 2000.

MONTEIRO, Fabíola da Conceição Lima; SANTOS, Simone Costa Andrade dos **METODOLOGIAS ATIVAS SOB O ENFOQUE DA CONVERGÊNCIA DE ESTRATÉGIAS DE ENSINO EM AMBIENTES VIRTUAIS E PRESENCIAIS**. TICs & EaD em Foco. São Luís, v. 5, n. 1, jan./jun. p. 85 – 97. 2019.

MONTEIRO, Fabíola da Conceição Lima. **Gestão Escolar Hoje**: a cultura tecnológica no espaço escolar. Congresso Abed, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/511200892459PM.pdf>. Acesso em: 10 abril 2019.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico:** do planejamento aos textos, da escola à academia. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

VIANA, Camila Arruda; NETO, José Perônico de Moraes. **Reflexões sobre o ensino superior privado em tempos de pandemia.** In: RODRIGUES, Janine Marta Coelho; SANTOS, Priscila Morgana Galdino dos (org.). Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia. João Pessoa: Editora do CCTA, 2020. p. 96-105.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** São Paulo, Martins Fontes, 1998.

Soares. A atualidade de “**Os Herdeiros**”. Revista Pós Ciências Sociais, v. 15, n. 29, p. 303-308.

doi

10.48209/978-65-89949-18-4

CAPÍTULO 4

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA PANDEMIA DO COVID-19: A REINVENÇÃO DAS PRÁTICAS EDUCACIONAIS

*Ana Paula da Silva Sotero
Luciano de Oliveira Souza Tourinho
Milly Dias Brito
Stephane Aparecida Ribeiro Reis*

INTRODUÇÃO

A pandemia do coronavírus evidenciou a imprevisibilidade do direito à educação presencial, diante do risco de contaminação. Nesse sentido, foi necessário a adoção de medidas sanitárias emergenciais de isolamento e distanciamento social, restringindo direitos comerciais, de locomoção e educacionais em nome do direito à saúde e à vida. Por esse aspecto, foi instaurado a educação remota e temporária para garantir o exercício do direito fundamental à educação em tempos pandêmicos.

Diante dessa linha de intelecção, a presente pesquisa se propõe a estudar a viabilidade das atividades de extensão das universidades dentro do cenário pandêmico, por meio do uso da tecnologia digital no ensino, tendo em vista que o Ensino Superior é composto pelo tripé de ensino, pesquisa e extensão. Nesse desiderato, a pesquisa irá trazer experiências práticas de extensão universitária desenvolvidas nas universidades brasileiras.

Para tanto, a pesquisa fará uma análise documental dos dados estatísticos da pandemia do coronavírus no país, no intuito de analisar a necessidade da adoção do ensino remoto emergencial durante o período pandêmico. Ademais, a incursão teórica utilizará uma abordagem crítico-reflexiva e fará o exame dos documentos oficiais em matéria de educação superior e as resoluções temporárias e emergenciais do ensino remoto, que permitiram a adoção das práticas extensionistas durante a pandemia do Covid-19.

Nesse panorama, a metodologia da pesquisa também contará com a análise de obras doutrinárias que tratam da extensão universitária, mediante abordagem reflexiva e interdisciplinar, a fim de ressaltar a importância da extensão para a formação dos discentes do ensino superior, dando enfoque para as práticas extensionistas desenvolvidas no contexto de pandemia.

Para delinear a presente proposta, o capítulo está estruturado em três seções. A primeira busca compreender o cenário de pandemia do Covid-19 e a necessidade de adoção do ensino emergencial, trazendo à baila as resoluções

do Ministério da Educação que autorizaram as atividades remotas. Na segunda seção, o presente estudo irá abordar a importância da extensão universitária para a formação dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação do ensino superior, fazendo um breve percurso histórico sobre a formação das universidades brasileiras. E, na última seção, a pesquisa irá trazer as experiências de extensão universitária desenvolvidas no cenário de pandemia do coronavírus, destacando a importância dessas ações extensionistas para a promoção da responsabilidade social das universidades brasileiras.

A PANDEMIA DO COVID-19 E O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

A pandemia do Covid-19 trouxe a potencialidade de colapso dos hospitais dos países, tornando-se um dos maiores desafios sanitários do século XXI. Com alto poder de contaminação e a crescente curva de letalidade, o novo vírus, conhecido de forma científica como Sars-Cov-2, teve sua origem na cidade de Wuhan, na China e, de maneira desenfreada ultrapassou as fronteiras dos países e alcançou novos epicentros de infecção.

De repente, a realidade foi modificada para um cenário de incertezas provocadas pela dificuldade de conter as curvas de propagação do coronavírus. Nessa seara, a Organização Mundial da Saúde (2020), em 11 de Março de 2020, declarou como uma pandemia sanitária, chamando a atenção dos países para a adoção de medidas de isolamento e distanciamento social como mecanismos para dirimir os impactos da infecção nos países.

Nesse cenário, assistimos aos países fecharem suas fronteiras e adotarem as medidas de lockdown e quarentena a partir do acompanhamento das taxas de ocupação das unidades de terapia intensiva de cada localidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2020), o instituto do lockdown consiste no fechamento das atividades presenciais por determinado período para reduzir as taxas de contaminação e evitar o colapso do sistema de saúde. Já a quarentena é o isolamento das pessoas contaminadas para que o vírus não se espalhe para a população.

CAPÍTULO 4

No entanto, as curvas aceleradas de contaminação e o surgimento de novos epicentros da doença revelaram a necessidade de distanciamento da população como medida eficaz, adotando a restrição de direitos fundamentais em prol do direito à vida e à saúde. Nessa seara, a quarentena dos contaminados passou a ser utilizada também com toques de recolher de circulação das pessoas não contaminadas e a adequação das atividades presenciais para as atividades remotas.

Na realidade brasileira, a pandemia do Covid-19 teve seu registro oficial pelo Ministério da Saúde (2020), em 26 de fevereiro de 2020, por meio da transmissão importada, com a contaminação de um paciente de 61 anos que tinha histórico de viagem recente para a região da Itália, que, na época, representava um dos principais epicentros de contaminação do coronavírus da Europa. A partir de então, a transmissão do coronavírus se deu de forma desenfreada em solo brasileiro, passando a ser de transmissão comunitária, quando não se tem mais controle das origens do vírus.

Os governadores e prefeitos dos estados brasileiros editaram decretos emergenciais de isolamento social para prevenção do coronavírus, com a adoção do lockdown, do toque de recolher e da limitação dos finais de semana para atividades não essenciais, em atenção às recomendações da Organização Mundial da Saúde (2020) e da Resolução nº 01/2020 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que exigiu dos países signatários a edição de decretos para reduzir os impactos das ondas de contaminação pelo coronavírus e evitar o colapso do sistema de saúde.

Com efeito, a realidade pandêmica brasileira denota preocupação ainda mais acentuada, tendo em vista que o país já enfrentava dificuldades de efetivar o direito à saúde com qualidade para a toda população. Nesse aspecto, os efeitos da pandemia diante das mazelas sociais já existentes, intensifica as deficiências sanitárias que o país vivencia e revela a potencialidade do número de mortos em razão da dificuldade de acesso aos leitos.

Por esse aspecto, a pandemia do coronavírus no Brasil ganhou contornos desastrosos e necropolíticos diante da ausência de leitos nos hospitais, em uma

CAPÍTULO 4

escolha trágica da população que vai ter acesso à saúde e àqueles que estão à margem social. Soma-se a essa realidade, a dificuldade de adesão das medidas de isolamento social, com a falsa notícia de que a contaminação pelo vírus está controlada por meio da desinformação pandêmica.

Tal realidade levou ao cenário da segunda onda da infecção do Covid-19, com o surgimento das variantes Alfa (B.1.1.7), no Reino Unido, em setembro de 2020; a variante Delta (B.1.617.1/2/3), na Índia, em outubro de 2020; e a variante Gama (P.1), no Estado do Amazonas, no Brasil, em janeiro de 2021.

Nesse panorama, após um ano de pandemia do Covid-19, observamos o surgimento de novos epicentros da doença em decorrência da segunda onda e, até 13 de junho de 2021, o retrato global é de 175.668.875 casos e 3.804.140 mortes pelo coronavírus, em uma curva crescente e contínua de infecções. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2021), os países com maiores índices de contaminação são os Estados Unidos, Índia e Brasil.

Na realidade brasileira, a segunda onda da pandemia teve seu efeito ainda mais devastador do que a primeira onda, em que o país segue ultrapassando recordes de mortes por dia. Segundo o Ministério da Saúde (2021), em 13 de junho de 2021, o país apresentou o total de 17.374.818 casos confirmados e 488.309 mortes, com registro de mais de 2 mil mortes por dia.

Segundo os dados da Fiocruz Amazônia (2021), a nova variante decorre da mutação do vírus, que se adaptou às condições geográficas e apresenta um maior poder de contágio. Sob essa égide, em janeiro de 2021, os hospitais da cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, viraram verdadeiras câmaras de asfixia, com a falta de planejamento dos governos federais e estaduais de compra de cilindros de oxigênio para as unidades de terapia intensiva.

Em uma verdadeira tragédia humana, os pacientes morreram por falta de ar nos hospitais, representando o colapso do sistema de saúde local e a dificuldade do país de gerir os mecanismos preventivos para conter a contaminação. Por esse aspecto, em decorrência da alta curva de casos e de mortes por dia no país, o colapso do sistema sanitário pode acontecer a nível nacional em solo brasileiro.

A partir dessas conjunturas, apesar da existência de vacinas eficazes para a redução dos casos graves de contaminação, as medidas de isolamento e distanciamento social ainda se fazem necessárias, tendo em vista que a imunidade de rebanho só será possível quando toda a população estiver vacinada. Por isso, os decretos dos governadores e prefeitos permanecem sendo os mecanismos de prevenção mais eficazes para evitar o aumento do número de mortes e de contaminados no país.

Nesse contexto, a restrição de direitos fundamentais de circulação de serviços, do comércio e das atividades educacionais são medidas emergenciais e temporárias que devem ser seguidas em nome do direito fundamental à saúde e à vida, que se encontram em risco dentro do cenário pandêmico.

Nessa seara, o direito educacional da modalidade presencial teve que se adaptar para manter a continuidade do direito à educação durante a pandemia do Covid-19. Para tanto, cumpre salientar que os decretos educacionais são de natureza temporária e que devem voltar à modalidade presencial, quando superarmos a crise sanitária.

A presente pesquisa irá se concentrar em analisar o ensino remoto emergencial no âmbito da educação superior, a fim de verificar a aplicabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão das universidades na realidade pandêmica, dando enfoque para as práticas inovadoras da extensão universitária. Nesse ínterim, impende destacar que a adesão dessa nova modalidade foi necessária, uma vez que o ambiente da sala de aula, que tanto agrega ao convívio social, neste momento, pode colocar em risco à vida dos alunos que ficam expostos à contaminação.

Por essa perspectiva, cumpre salientar que o ensino remoto emergencial não se confunde com o ensino a distância. Conforme salienta Hodges (2020), o Ensino Remoto Emergencial configura-se como uma modalidade temporária de educação, decorrente da necessidade de distanciamento social na pandemia do coronavírus. Porém, verifica-se que, para a implantação do ensino remoto emergencial, não houve alteração na matriz curricular dos cursos de graduação

CAPÍTULO 4

e pós-graduação do ensino superior, mantendo a mesma estrutura curricular de ensino, pesquisa e extensão prevista para o ensino presencial, mas adaptado para a realidade remota.

De outro giro, a Educação a Distância é regulada pelas portarias 1.428/2018 e 2.117/2019 do Ministério da Educação - MEC, que estabelecem diretrizes para a aplicação do ensino a distância, com matriz curricular própria e diferenciada do ensino presencial. A modalidade a distância é de natureza suplementar na Educação Superior e possui atividades assíncronas, realizadas no ambiente virtual das Instituições de Ensino Superior, respeitadas as exigências curriculares do MEC.

Já o Ensino Remoto Emergencial, as aulas acontecem na modalidade online, de natureza síncrona, com a interação ativa e instantânea do aluno com o professor, em uma adaptação da realidade presencial. Para isso, a inovação da educação superior por meio do uso das tecnologias digitais foi um instrumento necessário para a continuidade do exercício do direito educacional em tempos pandêmicos.

Para a adoção do ensino remoto emergencial, o Ministério da Educação passou a editar normas regimentais autorizando a realização do direito à educação de maneira adaptada para a situação de pandemia do Covid-19, no intuito de garantir a concretização do direito educacional de forma temporária pelo uso das tecnologias digitais.

A primeira portaria do Ministério da Educação regulando o Ensino Remoto Emergencial foi editada em 18 de Março de 2020, a Portaria nº 343/2020, com duração de sessenta dias, que trouxe a diferença entre o ensino a distância e o ensino remoto, deixando em evidência a natureza emergencial e excepcional da educação remota no ensino superior. Ademais, a referida portaria estabeleceu que as Instituições de Ensino Superior devem analisar as disciplinas dos cursos de graduação e pós-graduação que podem ser adaptadas pelo acompanhamento remoto das atividades, fazendo a ressalva da não aplicabilidade para os cursos de medicina.

CAPÍTULO 4

Diante da continuidade do agravamento da pandemia do coronavírus no cenário brasileiro, o Ministério da Educação editou a Portaria nº 345/2020, prorrogando os efeitos da Portaria nº 343/2020 até abril de 2020. Ademais, passou a se incluir a possibilidade das aulas teóricas dos cursos de medicina no ensino remoto emergencial. A referida norma regimental estabeleceu que as aulas práticas dos cursos de saúde são incompatíveis com o ensino remoto emergencial, devendo, portanto, serem suspensas até o retorno das atividades presenciais, a partir da análise dos dados de contaminação de cada localidade.

Em 15 de Abril de 2020, a situação do país não tinha melhorado e o número de contaminados e mortos demonstravam o risco do colapso do sistema de saúde, razão pela qual o Ministério da Saúde editou a Portaria nº 395/2020, que prorrogou a Portaria nº 343/2020 por mais trinta dias. Do mesmo modo, o MEC editou a Portaria nº 473/2020, prorrogando até junho as atividades remotas.

Em 16 de Junho de 2020, o Ministério da Educação editou a Portaria nº 544/2020, autorizando o ensino remoto até o final do letivo de 2020. No mesmo sentido, foi editada a Lei nº 14.040/2020, que estabeleceu diretrizes para regular o ensino básico e ensino superior durante a pandemia do coronavírus, com as atividades de ensino, pesquisa e extensão de forma remota e a necessidade de ajuste dos calendários acadêmicos de 2020 e 2021 para o cumprimento da carga horária letiva dos semestres.

Em dezembro de 2020, o Ministério da Educação editou a Portaria nº 1.038/2020, estabelecendo os requisitos para o ensino híbrido a partir de fevereiro de 2021, com o retorno das atividades presenciais. No entanto, em razão da segunda onda de contaminação do coronavírus, que se instaurou a partir de janeiro de 2021, o Conselho Nacional de Educação emitiu o Parecer nº 19, que foi homologado pelo Ministério da Educação, estendendo as atividades remotas até o final do ano de 2021.

No cotejo dessas ilações, verifica-se, portanto, que as universidades tiveram que se adaptar às tecnologias digitais para garantir o exercício do direito à educação por meio da modalidade remota. Nesse sentido, a presente pesquisa

CAPÍTULO 4

busca analisar a viabilidade das atividades de extensão das universidades dentro do cenário pandêmico, tendo em vista que o Ensino Superior é composto pelo tripé de ensino, pesquisa e extensão, que se completam para a formação contínua dos alunos.

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Para analisar as práticas de extensão realizadas na pandemia do Covid-19, faz-se necessário compreender a formação histórica das universidades brasileiras e a consolidação do ensino, da pesquisa e extensão como atividades indissociáveis das Instituições de Ensino Superior.

Segundo salienta Mazzilli (2011), o processo histórico de formação das universidades brasileiras tem suas origens inspiradas nas primeiras instituições de ensino superior da Europa, em que a universidade era vista como um espaço de ensino das profissões, em um conceito clássico de que o conhecimento é independente da realidade social do sujeito. Nesse primeiro contexto de criação das universidades da Europa, a pesquisa e a extensão não eram atividades acadêmicas profissionais, sendo desprezadas como fonte de conhecimento.

Um novo paradigma de universidade surge no século XIX, na Alemanha, quando se observa que a pesquisa aprimora o conhecimento científico do ensino. Conforme enuncia Lampert (2008), a universidade assume o papel de produção de conhecimento e não apenas de reprodução do ensino, sendo considerado com um dos grandes marcos da transformação universitária, tendo em vista que permitiu unir a pesquisa com o ensino para melhoria da qualidade das ideias e para a liberdade da inovação.

No entanto, as universidades francesas foram pautadas na disseminação do conhecimento para as classes mais favorecidas, sendo consideradas como conglomerados de técnicas profissionais, sem se preocupar com a reflexão crítica dos discentes. Segundo Mazzilli (2011), essas universidades foram as fontes de

CAPÍTULO 4

inspiração das primeiras universidades da América Latina, mantendo o interesse das classes dominantes, sem modificar a estrutura social.

Sob essa égide, salienta Romanelli (1986), que as primeiras universidades brasileiras foram implantadas quando a corte portuguesa veio para o Brasil, em 1808 e foram criadas escolas superiores isoladas de direito e medicina para atender as necessidades da corte. A partir dessas escolas isoladas deu-se origem a primeira universidade brasileira, por iniciativa do governo federal, já em 1920, unindo essas escolas superiores que surgiram no período monárquico.

Porém, segundo Favero (1980), a união das escolas superiores em uma única instituição de ensino superior não tinham preocupação em ampliar as funções da universidade, mantendo apenas como instituições profissionalizantes, sem preocupação com a reflexão crítica dos alunos.

As universidades, portanto, eram elitizadas e profissionalizantes, sem a intenção de criar o debate crítico que pudesse questionar o sistema capitalista vigente e a escravidão dos povos. Essa realidade é transformada a partir dos movimentos estudantis que deram origem ao Movimento de Córdoba, em 1918, na Argentina. Segundo Fraga (2012), esse movimento foi responsável por transformar o espaço universitário como um ambiente de transformação e reflexão crítica da sociedade. Os estudantes passaram a interpretar e aplicar os seus estudos nas mazelas sociais que vivenciavam. Nesse momento, surge a prática da extensão como um dos pilares da educação superior, preparando os discentes para uma formação continuada e amparada na concretização dos direitos humanos.

Nas lições de Freitas Neto (2012), o Movimento de Córdoba é responsável pelas primeiras sementes da extensão universitária, trazendo a responsabilidade social como contributo da formação do profissional no ensino superior. No cenário brasileiro, impende registrar que o movimento estudantil, em especial a União Nacional dos Estudantes trouxe à baila a discussão da educação libertadora de Paulo Freire. Segundo o renomado autor (2012), a educação superior precisava se libertar das amarras dos interesses políticos e econômicos, o que levou a

popularização da universidade, para receber todos os povos sem distinção de classe, credo, religião.

Nesse contexto, salienta Freire (2012) que a universidade passa a ser composta por todos os povos, sendo responsável por diminuir as fronteiras dos preconceitos enraizados na sociedade e criar pontes para a democratização do acesso à educação superior no Brasil.

Na realidade brasileira contemporânea, conforme salienta Silva (2000), podemos definir três modelos de extensão desenvolvidos pelas universidades: tradicional, processual ou crítica. A definição de extensão tradicional configura-se na promoção de políticas públicas para a assistência social. Nesse modelo de extensão, a universidade contribui diretamente para as funções do estado de prestações sociais.

A segunda definição de extensão é a processual, que integra as atividades de extensão ao ensino e à pesquisa desenvolvidos nos cursos de graduação e pós-graduação, destacando o compromisso social das universidades. Nesse diapasão, as universidades são públicas e gratuitas para democratizar o acesso à educação e viabilizar a natureza complementar da extensão na comunidade. A exemplo dessa concepção de extensão processual temos a implantação dos hospitais universitários, os núcleos de práticas jurídicas e serviços de assistência à população relacionados aos cursos de graduação e pós-graduação, autorizados pelo Ministério da Educação.

A partir dessa concepção de extensão das universidades, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 207

estabelece que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” Tal respaldo constitucional eleva a indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão como garantias do Estado de Direito.

Nota-se, por essa linha de intelecção, que as atividades de ensino, pesquisa e extensão são premissas fundamentais a serem desenvolvidas no

Ensino Superior. Ademais, cumpre destacar que a Constituição de 1988 trouxe a autonomia universitária como compromisso da democracia, tendo em vista que nos anos de chumbo da ditadura militar brasileira, as universidades foram utilizadas como instrumentos de perseguição dos movimentos estudantis, sendo direcionada por interesses políticos.

A autonomia da atividade de extensão como premissa das universidades ganhou notoriedade com a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – Forproex, em 1987, no período de redemocratização do país. Segundo salienta Souza (2010), desde então, a referida entidade tem incentivado as práticas de extensão nas universidades e Instituições de Ensino Superior, com a criação do Plano Nacional de Extensão, em 1999; e a Política Nacional de Extensão, em 2012.

Ainda temos a terceira concepção da extensão que se estabelece como crítica, tendo em vista que se molda na educação freiriana, trazendo a importância das discussões do ensino e da pesquisa integrados à extensão como forma de modificação da realidade social.

A partir dessas conjecturas, a extensão passou a ser função obrigatória das universidades, que são avaliadas periodicamente pela Avaliação Nacional da Extensão e pelo Ministério da Educação no credenciamento e reconhecimento dos cursos das Instituições de Ensino Superior. No que se refere às diretrizes analisadas na aplicabilidade na extensão universitária, a Forproex (2001), elaborou as categorias a serem consideradas pelas instituições, quais sejam: compromisso institucional com a atividade de extensão entre os cursos ofertados na universidade; impactos das ações de extensão na comunidade; instrumentos e métodos de avaliação dos discentes nas atividades extensionistas; produção acadêmica; planejamento e políticas de gestão favoráveis à implantação das atividades de extensão.

Seguindo as diretrizes da Política Nacional de Extensão (2012) da Forproex, as atividades de extensão podem ser classificadas como projetos, programas, cursos, eventos e prestação de serviços, que são articulados para atender

CAPÍTULO 4

as necessidades da comunidade que podem ser auxiliadas pelos discentes e docentes dos cursos de graduação e pós-graduação.

Nesta esteira, o contato direto com a comunidade é a ferramenta fundamental para a realização das atividades extensionistas. No entanto, diante da situação pandêmica, as atividades presenciais foram suspensas e substituídas pelas atividades remotas. Nessa linha de intelecção, passaremos a analisar a viabilidade das atividades extensionistas desenvolvidas pelas universidades brasileiras em tempos pandêmicos.

AS PRÁTICAS INOVADORAS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA GESTÃO EDUCACIONAL DO COVID-19

Em atenção às Portarias do Ministério da Educação, regulando o Ensino Remoto Emergencial durante a situação de pandemia, verificamos que há a ressalva para que as universidades mantenham, no que for possível, as atividades de pesquisa e extensão na modalidade online, com interação síncrona entre o aluno e a comunidade.

Destaca-se, nesse sentido, a Portaria nº 544/2020, que estabeleceu diretrizes para regular a educação temporária pela via remota durante a pandemia do coronavírus. Na referida portaria, o Ministério da Educação chamou a atenção dos reitores das universidades e diretores das Instituições de Ensino Superior para a manutenção das atividades de pesquisa e extensão, na medida do possível, por meio da adaptação com as tecnologias digitais.

Por esse aspecto, as universidades, por meio das reitorias de extensão regularam a continuidade das atividades extensionistas a partir da modalidade remota. Nesse sentido, sem a intenção de esgotar as práticas extensionistas desenvolvidas na pandemia por meio dos cursos de graduação e pós-graduação, vamos trazer à baila, a aplicabilidade de técnicas aprimoradas da tecnologia para a manutenção da extensão que são satisfatórias e eficazes em tempos pandêmicos.

CAPÍTULO 4

Nesse diapasão, destacamos a atuação da Universidade de São Paulo, que, por meio de seus alunos e professores, tem participado de forma ativa na realização de pesquisas para o combate à Covid-19. Dentre as ações extensionistas, destacamos o projeto da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo que desenvolveu o projeto de um ventilador mecânico pulmonar para atender às demandas dos hospitais durante a pandemia, chamado INSPIRE.

Segundo o idealizador do projeto Raul Lima, em entrevista para o Jornal da USP (2020), os ventiladores mecânicos desenvolvidos são mais baratos do que o valor de mercado do respirador convencional, oportunizando uma maior distribuição de ventiladores nos hospitais para tratamento do coronavírus. O coordenador ainda destacou que a universidade é a responsável pelo projeto, mas a fabricação deve ser feita por empresas autorizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Além disso, verifica-se que outra atividade importante de pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo (2020) foi o desenvolvimento de testes rápidos e baratos para ampliar a capacidade de diagnosticar a contaminação do Covid-19, permitindo a testagem em massa da população. Nesse mesmo sentido, a Universidade Estadual Paulista – UNESP, campus de Botucatu, desenvolveu teste rápido para detecção de anticorpos em quinze minutos.

Podemos destacar também as ações de extensão que vem sendo desempenhadas de forma remota, com a produção de cartilhas para alertar a população sobre os riscos da contaminação e os cuidados que se deve ter para evitar o contato com o vírus, desenvolvidas pelos alunos e professores dos cursos da área da saúde, a exemplo da Universidade Federal da Bahia, Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de São Paulo.

As campanhas de prevenção e cuidado contra o coronavírus têm sido divulgados nas redes sociais, como Instagram, Facebook, blogs das cidades e nas rádios para alcance maior da comunidade local.

Com o intuito de estimular a vacinação, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes (2021) lançou

em fevereiro de 2021, a campanha nacional Conhecimento e Cidadania: Juntos pela Vacina. Tal projeto de extensão tem por objetivo orientar a população para a realização da vacina como forma eficaz de combate ao coronavírus.

A campanha nacional Conhecimento e Cidadania: Juntos pela Vacina conta com a participação de 69 universidades federais brasileiras. A campanha foi criada e organizada pelo Colégio de Gestores de Comunicação - Cogecom, que produz os materiais para a divulgação no Facebook e nos sites das universidades que aderiram. Nessa linha de intelecção, a Universidade Federal de Goiás realizou a campanha Vacina, Arte e Solidariedade, com a doação de alimentos, produtos de higiene e limpeza para as famílias de baixa renda, com transmissão de live no canal do Youtube da Universidade Federal de Goiás para auxiliar as famílias mais carentes nesse momento de crise.

Destacamos também as atividades de extensão como rede de solidariedade para superar esse momento de isolamento social, com o desenvolvimento de eventos e encontros virtuais de acolhimento psicológico. Nesse sentido, o curso de psicologia da Universidade Federal do Amazonas (2021) tem oferecido, desde plantão tira-dúvidas sobre doenças mentais e dificuldades psicológicas decorrentes do isolamento social, até o atendimento psicológico para a comunidade acadêmica e a sociedade em geral, de maneira remota.

A partir dessas experiências inovadoras de extensão universitária durante o período pandêmico, podemos destacar a importância do tripé universitário de ensino, pesquisa e extensão para a formação dos discentes nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades brasileiras. Sob essa égide, insta consignar que a extensão universitária conseguiu se adaptar ao ensino remoto emergencial, por meio do uso das tecnologias digitais e de comunicação, mantendo as atividades extensionistas como um dos pilares da educação do ensino superior.

Ademais, as práticas de extensão universitária desempenhadas pelas universidades em tempos pandêmicos confirmam o compromisso social das atividades acadêmicas do ensino superior no Brasil, que estão contribuindo

CAPÍTULO 4

para dirimir os impactos da contaminação do coronavírus na sociedade, com experiências extensionistas inspiradoras e de grande valor social e científico.

CONCLUSÃO

Diante das ilações expendidas ao longo da pesquisa, verificamos que a extensão universitária tem se adaptado em tempos pandêmicos, na modalidade de educação superior remota temporária, com o uso das tecnologias digitais e de comunicação, mantendo o compromisso indissociável das universidades de transformação social a partir da interação dos discentes com a comunidade.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA FAPESP. **Pesquisadores desenvolvem testes rápidos para detecção de COVID-19.** Disponível em: <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/04/16/pesquisadores-desenvolvem-testes-rapidos-para-de-teccao-de-covid-19>. Acesso em: 14 jun. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Confirmado 1º Caso de Coronavírus no Brasil.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Dados atualizados de Coronavírus no Brasil.** Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.428-de-28-de-dezembro-de-2018-232670913>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.** Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 345, de 19 de março de 2020.** Altera a Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-345-de-19-de-marco-de-2020-248881422>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 395, de 15 de abril de 2020.** Prorroga o prazo previsto no § 1º do art. 1º da Portaria nº 343. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-395-de-15-de-abril-de-2020-252725131>. Acesso em: 13 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 544, de 16 de junho de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais - Covid-19. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho--de2020-261924872>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE DERECHOS HUMANOS. **Pandemia y Derechos Humanos em las Américas.** Resolución 1/2020. Disponível em: <http://www.oas.org/es/cidh/decisiones/pdf/Resolucion-1-20-es.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

FÁVERO, Maria de Lourdes A. **Universidade & Poder.** Análise crítica/fundamentos históricos: 1930-45. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FRAGA, Lais Silveira. **Extensão e Transferência de Conhecimento: as incubadoras tecnológicas de cooperativas populares.** 2012. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2012.

FREITAS NETO, José Alves. A Reforma Universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. **Revista Ensino Superior** Unicamp, Campinas, v. 71, p. 62-70, 2012.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Coleção Extensão Universitária. 1999.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Avaliação da extensão.** Brasília: MEC, 2001.

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Política Nacional de Extensão**. Manaus: FORPROEX, 2012.

HODGES, C. et al. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. **EDUCAUSE Review**, 2020. Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn3>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LAMPERT, Ernani. O Ensino com Pesquisa: Realidade, Desafios e Perspectivas na Universidade Brasileira. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 14, n. 26, p. 131-150, jan/jun. 2008.

MAZZILLI, Sueli. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratização do Estado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S.I.], v. 27, n. 2, dez. 2011. ISSN 2447-4193. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/24770>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Coronavirus disease (COVID-19) outbreak**. Disponível em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Disponível em: <https://www.who.int/>. Acesso em: 14 jun. 2021.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Casos de Coronavírus no Brasil**. Disponível em: <https://www.poli.usp.br/inspire>. Acesso em: 14 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Ufam oferta serviços gratuitos de atendimento à saúde durante a pandemia**. Disponível em: <https://www.ufam.edu.br/noticias-destaque/1575-ufam-oferta-servicos-gratuitos-de-atendimento-a-saude-durante-a-pandemia.html>. Acesso em: 14 jun. 2021.



10.48209/978-65-89949-18-5

CAPÍTULO 5

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM TEMPOS DE COVID-19: A ATUAÇÃO DA UFRRJ NA PRODUÇÃO DE MÁSCARAS FACIAIS DE TECIDO

*Débora Pires Teixeira
Luanda dos Santos Alves
Consuelo Salvaterra Magalhães
Celina Angélica Lisboa Valente Carlos*

INTRODUÇÃO

A Covid-19 é uma doença respiratória aguda que foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na China, em dezembro de 2019. A transmissão do vírus “Sars-CoV-2 de pessoa para pessoa se dá por meio da autoinoculação do vírus em membranas mucosas (nariz, olhos ou boca) e do contato com superfícies inanimadas contaminadas” (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020, p.13).

Sua rápida expansão fez com que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarasse, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pela Covid-19 constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, como previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, diante da expansão exponencial da doença pelo mundo, a OMS a caracterizou como uma pandemia (OPAS BRASIL, 2020).

Um ano depois da decretação da situação pandêmica pela OMS, mesmo diante do processo de vacinação em curso, o ano de 2021 tem sido marcado pelo exponencial aumento do número de casos e de mortes por Covid-19 no território brasileiro. Até o dia nove de abril de 2021, havia 133.552.774 casos confirmados da doença no mundo e 2.894.295 de mortes, enquanto no Brasil há 13.193.205 casos e mais de 340 mil mortes, respectivamente (WHO, 2021a), colocando o País como epicentro da crise sanitária.

Nesse contexto, desde o início da pandemia, as instituições de ensino superior (IES) de todo o Brasil têm mobilizado suas infraestruturas, funcionários de diferentes áreas, alunos e pesquisadores para a condução de inúmeras iniciativas a fim de minimizar e superar os efeitos negativos da doença. Além da condução de pesquisas, as universidades também estão na linha de frente do atendimento à população com ações de extensão, por meio dos hospitais universitários, prestando treinamento aos profissionais de saúde, produzindo e distribuindo gratuitamente equipamentos de proteção pessoal, consertando e adap-

CAPÍTULO 5

tando equipamentos hospitalares, elaborando materiais de divulgação científica, entre outras ações imediatas para o enfrentamento da pandemia (GIMENEZ; SOUZA; FELTRIN, 2020).

Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), divulgados no início do mês de maio de 2020, o balanço que envolveu 46 das 67 instituições federais apontou que as mesmas eram responsáveis pela condução de pelo menos 823 pesquisas relacionadas à Covid-19. Além disso, há pelo menos 96 ações de produção de álcool e produtos sanitizantes e 104 ações de produção de equipamentos de proteção individual, como protetores faciais, máscaras de pano e aventais. As universidades foram responsáveis pela produção de mais de 990 mil litros de álcool gel, mais de 910 mil litros de álcool líquido e mais de 160 mil protetores faciais. Há, também, pelo menos 53 ações de testagem para o novo coronavírus, responsáveis pela realização de 2,6 mil testes por dia. Nos hospitais universitários, as instituições disponibilizaram mais de 2,2 mil leitos normais e quase 500 leitos de Unidade de Terapia Intensiva – UTI - (EBC, 2020).

De acordo com Panizzon, Costa e Medeiros (2020), em análise das 426 ações de combate à Covid-19 desenvolvidas por Instituições de Ensino Superior brasileiras, 40,97% eram ações destinadas ao desenvolvimento tecnológico (aperfeiçoamento de infraestrutura de laboratórios, desenvolvimento de novos EPIs, desenvolvimento de testes e ensaios clínicos, aplicativos, plataformas e algoritmos, desenvolvimento de fármacos e vacinas, desenvolvimento de equipamentos hospitalares e acompanhamento estatístico em portais e censos da Covid-19); 23% de intervenção direta na sociedade (com projetos de apoio à comunidade, apoio a hospitais, atendimento *on-line*, apoio à economia, hospital de campanha, orientações em conselhos de crise e fomento); 20,49% de difusão de informações para a sociedade; 9,38% de participação na rede de suprimentos (obtenção de álcool gel e EPI) e 5,21% de produção de estudos de impacto, que se relacionam a práticas científicas importantes para a compreensão de fenômenos.

CAPÍTULO 5

A exemplo do que ocorre em outras instituições, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) tem desenvolvido iniciativas de enfrentamento da Covid-19. Dentre elas, está a produção de álcool 70% (líquido e em gel) e de sabonete líquido, o desenvolvimento do sistema XRayCovid-19 - tecnologia capaz de diagnosticar a Covid-19 por meio da leitura de radiografias - e a confecção de máscaras faciais.

Mediante a escassez de máscaras faciais no mercado, tanto as cirúrgicas como as caseiras, frente à pandemia por Covid-19, no início da decretação da pandemia no Brasil, assim como a impossibilidade do afastamento integral dos servidores e discentes pertencentes à comunidade acadêmica dessa universidade, a Unidade de Produção de Artigos Têxteis (UPAT), vinculada ao Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria (DEDH) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), por ser uma unidade direcionada à prestação de serviços de confecção do vestuário, a partir do dia 02 de abril de 2020, passou a produzir máscaras faciais, buscando maneiras de minimizar o risco de contaminação desse público.

Perante o panorama apresentado, o presente capítulo tem como objetivo apresentar as ações e estratégias adotadas pelo projeto “Confecção de máscaras protetoras como medida de combate à Covid-19”. Para tanto, metodologicamente, optou-se pela abordagem descritiva, enfatizando como ações extensionistas de produção e distribuição de máscaras à comunidade acadêmica e de entorno da UFRRJ as quais constituem uma cultura relacional entre diferentes saberes da universidade e as demandas de reordenação de hábitos sociais impostos pela pandemia.

A cidade do Rio de Janeiro com sua região metropolitana acumula um dos maiores índices de contaminação do país. Em Seropédica, de acordo com a última atualização divulgada pela secretaria de saúde do município, em 16 de abril de 2020, a cidade possuía 1924 casos confirmados de Covid-19 e 135 óbitos (PMS, 2021), para uma população estimada de 83.092 pessoas em 2020, segundo o IBGE (2021).

A Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, está entre uma das mais pobres e violentas do país e destaca-se pelo atraso social e educacional. De acordo com Cruz (2012), a baixa escolaridade e o pouco acesso ao mercado formal, agravados pela escassez dos meios de sobrevivência, contribuem para o aumento da vulnerabilidade social, da violência e da pobreza. Bem como os demais municípios da Baixada, Seropédica é marcada pela pouca autonomia econômica. Sabendo-se que pobreza e a Covid-19 tem uma relação próxima, ações de enfrentamento da doença nesses locais são ainda mais relevantes.

A UNIDADE DE PRODUÇÃO DE ARTIGOS TÊXTEIS - UPAT

A UPAT foi criada em 1994 como laboratório de vestuário industrial do curso de graduação em Economia Doméstica da UFRRJ como um espaço destinado a aulas práticas, estágio de alunos do curso, fornecimento de cursos de extensão, além de larga produção de têxteis para setores da universidade.

Dentre as atividades de confecção, a UPAT, desde sua criação, vem atendendo diferentes setores da UFRRJ, dentre os quais: Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC) – com a confecção de uniformes, roupas de cama, mesa e banho para as crianças; Restaurante Universitário – com a confecção de uniformes dos servidores e roupas de mesa; Posto Médico – com a confecção de roupas de cama e banho; Guarda Universitária – com a confecção de uniformes; além de atendimento de pedidos da comunidade universitária em geral – como camisetas, bolsas e pastas para eventos, jalecos, aluguel de becas e confecção de cortinas para diversos setores desta instituição.

Atualmente, em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica da Universidade Rural (FAPUR), a UPAT atua em interface com as atividades de ensino desenvolvidas nos laboratórios de confecção e de têxteis do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria - DEDH. Além desses, apoia as atividades de pesquisa e extensão universitária, participando de projetos da área de Vestuário e Têxteis do DEDH e oferecendo cursos, oficinas e prestação de serviços em reparos e customização de artigos do vestuário. A prestação

de serviços pela unidade é direcionada à comunidade acadêmica e ao público externo à universidade, oferecendo aluguel de beca, soluções em produtos têxteis e confeccionados e personalizados.

No ano de 2020, a pandemia de Covid-19 acarretou a necessidade de reestruturação das práticas no âmbito das instituições públicas de ensino. Na UFR-RJ a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas foi decretada pela reitoria a partir do dia 16 de março de 2020, limitando seu funcionamento aos serviços considerados essenciais. Portanto, a possibilidade de trabalho remoto não foi facultada a todos os seus funcionários.

Visando atender a esse público, no dia 02 de abril de 2020, em parceria com a FAPUR – Fundação de Apoio à Pesquisa Científica - via Fundo de Atenção à Covid-19, a UPAT iniciou o projeto “Confecção de máscaras protetoras como medida de combate à Covid-19”.

O PROJETO “CONFECÇÃO DE MÁSCARAS PROTETORAS COMO MEDIDA DE COMBATE À COVID-19”

O projeto foi criado com o objetivo de fornecer, gratuitamente, tais equipamentos à comunidade acadêmica da UFRRJ, *campus* Seropédica/RJ, e contribuir com o compromisso de responsabilidade social da universidade no enfrentamento da Covid-19. Assim, o projeto tinha como público-alvo a comunidade universitária do Campus de Seropédica/RJ, que foi impossibilitada do afastamento integral de suas atividades (servidores e discentes). Com o desenvolvimento das ações, o público-alvo foi ampliado para atender aos demais *campus* da instituição e beneficiar outros setores da sociedade.

Como objetivos específicos, o projeto apresenta: a) a mobilização de voluntários para a ação e entrega dos insumos para a produção das máscaras; b) recebimento das demandas da comunidade sobre o fornecimento das máscaras; c) recepção de insumos, corte, confecção, higienização e embalagem das máscaras; d) criação de fichas técnicas, etiquetas informativas e material de divulga-

ção da ação; e) capacitação e assistência técnica para os voluntários; f) entrega das máscaras à comunidade e g) busca por parcerias para ampliar a distribuição das máscaras.

A equipe principal é formada por sete colaboradores. A coordenação do projeto é composta por três professoras da área de Vestuário e Têxtil (DEDH/ICSA) e pela técnica de laboratório e coordenadora da UPAT. Além dessas, outros quatro colaboradores da UFRRJ estão envolvidos diretamente no projeto atuando em diferentes frentes do mesmo; seja remotamente, no planejamento, ou, presencialmente, na compra, confecção, busca de recursos, higienização e embalagem final, dentre outros.

Ante tais objetivos, o projeto tem como mecanismo de ação e organização de seu processo produtivo que inclui atividades presenciais e remotas, cujas estratégias foram descritas na sequência.

MOBILIZAÇÃO DE VOLUNTÁRIOS

Como a equipe de profissionais ligados à UPAT é reduzida (três docentes e uma técnica de laboratório) e encontra-se, parcialmente, na modalidade de trabalho remoto, visando dinamizar o processo produtivo e a ampliar a abrangência do projeto, buscou-se mobilizar voluntários que pudessem atuar no processo de montagem das peças, recrutando pessoas que desejassem desempenhar o trabalho voluntário, soubessem costurar e possuíssem máquina de costura em casa.

A mobilização dos voluntários é promovida remotamente, com a divulgação do projeto nas mídias sociais da UPAT e da UFRRJ. Nas semanas iniciais, o projeto contava com a colaboração de duas voluntárias no setor de costura. No entanto, após a divulgação da ação no site da UFRRJ e em outras mídias, o quadro de voluntários foi ampliado para 25 pessoas que passaram a atuar nos processos de montagem, distribuição e higienização das máscaras. Logo após a

manifestação de interesse, o voluntário é adicionado em um grupo em um aplicativo de mensagens, espaço onde são repassadas as instruções sobre o projeto.

Dentre os voluntários, estão alunos, ex-alunos, funcionários (técnicos e professores) em atividade e aposentados da UFRRJ. Pessoas que doam seu tempo e mão de obra para colaborar com o projeto. Em muitos casos, a confecção das máscaras é realizada no período noturno, quando o voluntário retorna de sua atividade laboral ou, liberado de suas atividades domésticas, dispõe de tempo para costurar. Também destacamos a parceria com as artesãs e alunos do projeto de extensão *“Criatividade com Sustentabilidade: Troca de Experiências”*, envolvidas na operação de montagem das máscaras.

Destaca-se que ações de extensão universitária desenvolvidas pela UPAT nos anos anteriores têm impactado o quadro de colaboradores do projeto. No ano de 2017, a UPAT desenvolveu um projeto de extensão denominado “Técnicas principais para modelagem, corte e confecção de roupas”, destinado à comunidade acadêmica e a externa. O projeto oferecia cursos de capacitação para quem desejava aprender a costurar. Com objetivo semelhante, no ano de 2019, a UPAT criou outra ação “Projeto capacitação em costura”. Hoje, duas voluntárias envolvidas na etapa de costura do projeto “Confecção de máscaras protetoras como medida de combate à Covid-19”, proposta da UPAT, foram capacitadas por projetos de extensão universitária.

Assim, conforme Bragagnolo, Mella e Dalpaz (2020), o projeto considera a concepção dialógica do fazer extensionista, em que a universidade deve “fazer-com”, ou seja, se comunicar de forma permanente com os diversos saberes e sujeitos sociais envolvidos na extensão, “afastando-se da unidirecionalidade do conhecimento universitário relacionado ao ato de “fazer-para”, que ainda permeia a lógica universitária” (p. 73).

Nesse sentido, evidencia-se que a extensão, como um pilar da ação universitária, quando é efetiva, alimenta outras atividades da universidade, fomenta uma cultura relacional intra e extra universitária e contribui para com o seu compromisso de responsabilidade social.

CAPÍTULO 5

RECEBIMENTO DE INSUMOS, PROTOTIPAGEM, CORTE, HIGIENIZAÇÃO E EMBALAGEM DAS MÁSCARAS

Inicialmente os insumos foram adquiridos pela direção do ICSA, através do Fundo FAPUR de apoio à Covid-19¹. Com a escassez de doação ao Fundo, os insumos passaram a ser adquiridos pela reitoria da universidade, com recursos destinados às ações de prevenção à Covid-19 na instituição. Ressaltamos assim que, cabe à UPAT receber os insumos comprados, criar protótipos, cortar, distribuir as máscaras cortadas aos voluntários, recolher as peças produzidas, entregar e retirar as máscaras no setor onde é realizada a higienização e enviar ao destino final.

Sobre os protótipos desenvolvidos, destaca-se que a técnica responsável pela unidade vem desenvolvendo testes de acordo com as recomendações de órgãos competentes, como a Anvisa e a OMS. Na busca contínua pela versatilidade, usabilidade e facilidade de confecção, foram testados diferentes moldes de máscaras, no entanto, considerou-se as avaliações dos usuários, que eram fornecidas por telefone, e-mail ou redes sociais.

O primeiro modelo de máscara foi confeccionado em Tecido Não Tecido (TNT), o que lhe conferia a característica de uso único. A escolha do TNT se deu em função de seu baixo custo, disponibilidade no mercado regional e pela sua facilidade de manejo, pois é uma matéria prima que não desfia, facilitando a costura. Nele, a modelagem centrava-se no corte reto, uma camada dupla de TNT gramatura 80, possuindo três pregas centrais e duas longas fitas tipo viés do próprio TNT, destinadas a prender as máscaras nas fitas, as quais deveriam ser amarradas no topo da cabeça e atrás do pescoço, como mostra a Figura 1.

Embora o elástico configure um material que facilita o uso do equipamento, essas primeiras máscaras não foram confeccionadas com elástico devido à falta do insumo no mercado.

¹ O Fundo Fapur foi criado para angariar verbas para a produção de álcool 70º INPM e máscaras. Inicialmente, as doações foram realizadas por servidores da instituição, mas arrecadação foi ampliada, envolvendo empresas privadas e a sociedade civil.

Figura 1 – Primeiro Protótipo, TNT com três pregas centrais



Fonte: Arquivo UPAT, 2020.

Em um segundo momento, buscando facilitar o processo de confecção, o modelo foi adaptado para uma única prega fêmea central, diminuindo a altura lateral das máscaras, o que também favoreceu à adaptação para os rostos menores. As primeiras unidades foram confeccionadas com alças de tecido (Figura 2). No entanto, posteriormente, dada a disponibilidade de material no mercado, houve o acréscimo de duas alças de elásticos nas laterais, para que as máscaras fossem presas atrás das orelhas, facilitando seu manejo.

Figura 2 – Segundo Protótipo, TNT com prega fêmea única



Fonte: Arquivo UPAT, 2020.

No entanto, as máscaras de TNT não podem ser reutilizadas, tendo alto impacto na geração de resíduos sólidos. Ademais, se não forem descartadas em saco plástico lacrado, as máscaras de TNT podem contribuir para a disseminação da Covid-19. Assim, a partir do dia 20 de abril de 2020, seguindo as recomendações da Anvisa e buscando alcançar um modelo reutilizável, a UPAT introduziu a produção de máscaras com dupla camada de tecido 100% algodão.

Esse terceiro protótipo foi uma adaptação da última alteração realizada na máscara de TNT, pois as de tecido exigem um acabamento diferenciado, visto que o tecido desfia. Além de serem necessárias costuras internas para costura das pregas e alças, foi incluída uma abertura superior para inserção de um elemento filtrante pelo usuário, o que aumenta a eficácia do EPI, como mostra a Figura 3.

Na ocasião, havia nova escassez de elástico na região, assim, optou-se por incluir alças feitas em malha elástica, que podem ser obtidas a partir da compra de malha ou de resíduos da indústria têxtil, o que reduz o custo final do produto e o impacto ambiental, além de ter causado satisfação nos usuários devido ao conforto do produto.

Para o protótipo 3, permaneceu o modelo primário e a adaptação para a prega fêmea central, pela sua adaptabilidade em diversos tamanhos de rostos. Além do formato, a alça também foi avaliada. Inicialmente optou-se por um tamanho de 15 centímetros da malha elástica, no entanto, causava desconforto em rostos maiores. Assim, foram acrescentados cinco centímetros em cada alça, o que permitiu a redução para um usuário menor, caso fosse necessário. Outra variação do modelo foi a abertura entre as camadas de tecido que possibilitava a inclusão de um filtro de papel, reforçando a proteção do usuário.

Figura 3: Terceiro Protótipo, 100% algodão e prega única



Fonte: Arquivo UPAT, 2020.

Com a indicação da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020b) do mês de junho de 2020, que recomendava o uso de três camadas de tecido, houve necessidade de nova alteração de modelo e materiais. Assim, foi iniciada a produção de máscara tripla camada (tecido 100% poliéster – TNT gramatura 40 – tecido 100% algodão), modelo de três dimensões (3D), simples, com alças de colocação em elástico.

Como a permanência do protótipo 3 foi inviabilizada pela exigência da composição com três camadas de tecido, a UPAT buscou um modelo que atendesse as recomendações dos órgãos competentes, tivesse uma boa adaptabilidade aos diversos tamanhos de rostos, mas que fosse de fácil execução. O protótipo 4 foi inspirado em outros existentes, mas após a realização de testes de usabilidade, as dobraduras finais que conferem três dimensões às máscaras foram adaptadas, deixando o equipamento mais acomodado ao rosto, como mostra a Figura 4.

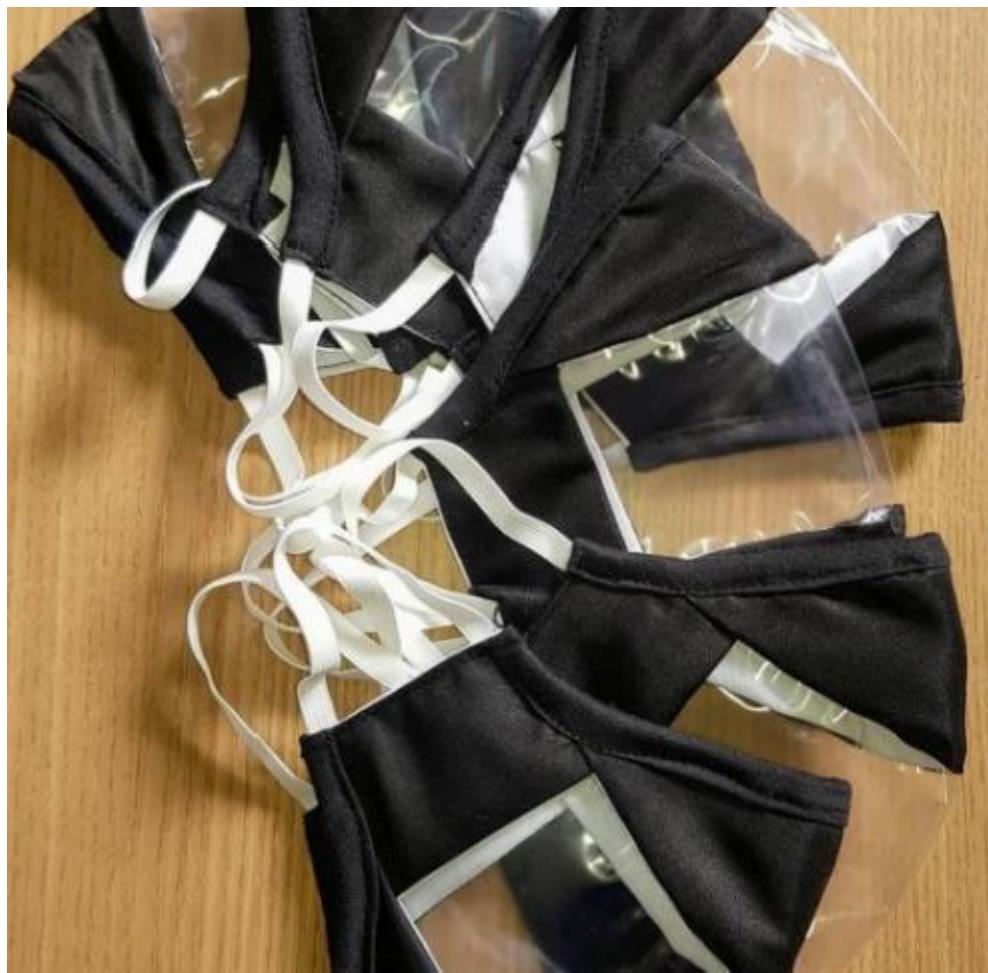
Figura 4: Vista externa e interna do quarto protótipo com três camadas de tecido e modelo 3D



Fonte: Arquivo UPAT, 2020.

Por último, o protótipo 5 foi desenvolvido para atender uma demanda específica advinda do público interno da UFRRJ. Nesse sentido foi feita uma adaptação no protótipo 4, com a inserção de um visor transparente – um recorte de plástico PVC transparente localizado na região da boca – que facilita a comunicação com pessoas portadoras de deficiência auditiva.

Figura 5: Vista externa do quinto protótipo com visores transparentes



Fonte: Arquivo UPAT, 2020.

Para cada protótipo foi desenvolvida uma ficha técnica e uma etiqueta informativa que integra a embalagem das máscaras e contém informações sobre a composição, uso e descarte das mesmas. Junto com esses instrumentos, a equipe da unidade desenvolveu diferentes capacitações virtuais para os voluntários, atividades assíncronas (gravadas), realizadas por vídeo publicados no canal da UPAT na plataforma *Youtube*, o que permitiu a flexibilização do horário de acesso e uma divulgação mais ampla do conteúdo. Para cada produção em vídeo, foi elaborado um roteiro, seleção e organização de materiais, gravação, edição, disponibilização do vídeo na plataforma e divulgação da capacitação para os voluntários.

Além da capacitação por vídeo, a equipe técnica disponibiliza um canal de atendimento contínuo e individual, via aplicativo de mensagens (*Whatsapp*),

com esclarecimentos de possíveis dúvidas sobre a confecção das máscaras, manuseio e manutenção do equipamento de costura. Assim, pelo ensino remoto, cria-se uma rede de capacitação segura para os voluntários e para a equipe de colaboradores do projeto.

No que tange à quantificação e classificação de insumos para a compra, recebimento da matéria-prima e corte das máscaras, essas operações são realizadas presencialmente, no laboratório da UPAT, por uma única pessoa, primando pela segurança dos membros da equipe. Após a etapa do corte, cada voluntário recebe, em sua residência, um kit com a quantidade específica de peças e produz de acordo com suas habilidades e possibilidades, em suas próprias máquinas domésticas. Por último, as operações presenciais de higienização em autoclave e embalagem final com seladora são realizadas em parceria com o Instituto de Floresta da UFRRJ, com a ação voluntária de um servidor técnico.

O controle das etapas de recebimento de insumos para o corte, distribuição de material para os voluntários (costura e higienização) e das máscaras embaladas está sendo realizado por planilhas, cujo preenchimento é de responsabilidade da equipe de coordenação do projeto. A troca de informações para alimentação desse controle é realizada via e-mail. A equipe também realiza reuniões periódicas por videoconferência.

RECEBIMENTO DAS DEMANDAS DA COMUNIDADE E DISTRIBUIÇÃO DAS MÁSCARAS

As solicitações e pedidos demandados pela comunidade são recebidos via e-mail da unidade, a equipe cria prioridades de entrega, buscando contemplar o máximo de pessoas possível.

No que tange à distribuição, inicialmente, as entregas das doações das máscaras eram realizadas presencialmente na própria UPAT ou em setores da UFRRJ, por membros da equipe, ficando o setor responsável pela distribuição aos destinatários finais. Posteriormente, a retirada dos itens embalados foi con-

centrada no Instituto de Química¹/UFRRJ, Campus Seropédica, já que parte dos setores e instituições que requerem as máscaras, também demandam álcool, desta forma, facilita-se a retirada concentrando em um único local.

Tendo como público-alvo inicial os funcionários da universidade em atividade presencial e os estudantes alojados; com a ampliação dos recursos destinados à confecção de máscaras e o aumento no quadro de voluntários, a UPAT passou a atender outros públicos.

Como resultados preliminares, no ano de 2020, no auge da demanda e consequente escassez de máscaras no mercado, mais de dez mil máscaras foram cortadas, confeccionadas e distribuídas pela UPAT. Neste primeiro momento o atendimento ocorreu de forma mais abrangente, onde, além das comunidades acadêmicas dos *Campi* Seropédica e Três Rios, as máscaras foram destinadas a instituições de caridade, ações solidárias, ONGs, Instituições de Longa Permanência para Idosos - ILPIs - (antigos asilos) e, em caráter excepcional, ao Posto Médico Central do município de Seropédica. Com a oferta abundante de diversos modelos de máscaras no mercado, a demanda pela doação de máscaras foi reduzida, retornando ao foco inicial de atendimento interno. Assim, de final do ano de 2020 a abril de 2021 a produção e doação ficou em pouco mais de duas mil unidades.

Expandindo seu mapa de atendimento, a UPAT, em parceira com Instituto de Três Rios/UFRRJ e com apoio do setor privado, forneceu 450 máscaras a uma maternidade da cidade sul fluminense. As cidades de Nova Iguaçu e do Rio de Janeiro também tiveram ações solidárias e grupos de ocupação contemplados pelo projeto.

Assim, além do público interno, o projeto prioriza o atendimento a instituições e ações direcionadas ao público em situação de vulnerabilidade e risco social, como o caso dos idosos institucionalizados em ILPs. Em 2010, estimava-se que 90 mil idosos viviam nas 3.600 ILPIs brasileiras, correspondendo na

¹ O Instituto de Química vem promovendo desde março de 2020 a produção e distribuição de álcool 70% à população de Seropédica e outros municípios do estado do Rio de Janeiro.

época a quase 1% da população idosa do país. As ILPIs, a maior parte de origem filantrópica, representam o local de moradia de idosos, sobretudo para os que apresentam casos de semidependência ou dependência, porém são equipamentos da assistência social, que não têm estrutura nem recursos humanos para oferecer cuidados específicos de saúde a seus residentes. Além dessa questão, no contexto da pandemia por Covid19, “a maioria das ILPIs não tem equipamentos de proteção individual (...) ou está com muita dificuldade de encontrá-los” (WATANABE; DOMINGUES; DUARTE, 2020, p. 2).

Além da preocupação com atendimento aos idosos, ONGs e Ações Solidárias direcionadas à população com baixa renda também estão entre os públicos prioritários do projeto, pois a desigualdade social do país pode ser considerada como o principal fator de letalidade da Covid-19. “Avassaladora entre os mais pobres, também é esta parcela da população afetada mortalmente pela carestia e ausência de assistência médica e financeira que a possibilitasse tomar medidas recomendadas de distanciamento social” (CAAF/UNIFESP, 2020, p.1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Confecção de máscaras protetoras como medida de enfretamento da Covid-19” é um projeto de extensão interdepartamental, que conta com a colaboração de diferentes institutos da UFRRJ e envolve a distribuição dos equipamentos em outras unidades da universidade. Embora seja uma ação de extensão, também envolve atividades de pesquisa, sejam elas de materiais ou de modelagens para a construção de equipamentos que atendem as recomendações dos órgãos competentes e sirvam à população com mais segurança e conforto.

Em função do contexto pandêmico, as metodologias de trabalho do projeto tiveram que ser adequadas garantindo a segurança dos voluntários e da equipe, no qual o meio digital se fez presente. Por isso foram criadas formas de trabalho remoto, capacitações *on-line*, assistência técnica por aplicativo de mensagens, recebimento de demandas por e-mail etc. Nos encontros presenciais para dis-

tribuição dos kits de costura e das unidades produzidas, todas as medidas de proteção (uso de equipamentos e distância mínima e uso de álcool) estão sendo seguidas.

Destaca-se que, o envolvimento de alunos, ex-alunos, aposentados e funcionários da ativa da própria instituição e ex-cursistas de outros projetos da UPAT como voluntários do projeto reforça a premissa da extensão voluntária participativa e multidirecional como essencial para ações eficazes e que produzam ganhos verdadeiros para a população, nesse caso, de proteção da saúde coletiva.

Como desafios, destacam-se aqueles impostos pelas dificuldades de encontros presenciais, da aquisição de materiais para a produção das máscaras, seja pela escassez provisória ou preço elevado dos insumos. Outro desafio é mobilizar e manter os voluntários motivados, visto que é um projeto que tem longa duração e, com o relaxamento do isolamento social, muitos deles voltaram ao trabalho extra doméstico, inviabilizando a permanência no projeto. Portanto, faz-se necessário evidenciar que a distribuição de máscaras só é possível graças aos insumos doados à UPAT e ao empenho contínuo dos voluntários e da equipe envolvida no projeto.

Por último, ressalta-se que o projeto encontra-se em andamento e será desenvolvido enquanto durarem os recursos e os decretos que tornam o uso de máscaras obrigatório para a população brasileira. Com propostas de reorganizar-se de acordo com as demandas atuais, mais internas, dada a facilidade de aquisição do EPI atualmente e do efetivo atendimento já ocorrido devido à abrangência das máscaras reutilizáveis/sustentáveis possibilitar a redução de novas aquisições/demandas.

REFERÊNCIAS

BRAGAGNOLO, A.; MELLA, L. L.; DALPAZ, R. A. B. B. Empoderamento feminino na velhice. **Expressa Extensão**, n. 25, v. 1, Jan.-Abr. p.74-81, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/17251/pdf>. Acesso em: 14 ago. 2020.

CAAF/UNIFESP - CENTRO DE ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA FORENSE. Apresentação. **Boletim extraordinário CAAF/Unifesp de enfrentamento da Covid-19. Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações.** Disponível em: https://www.unifesp.br/reitoria/caaf/images/novo_site/boletim%20caaf/Boletim%20CAAF%20edi%C3%A7%C3%A3o%20especial.pdf. Acesso em: 13 ago. 2020.

CRUZ, F. A. O. desempenho educacional e renda domiciliar: análise do IDEB dos municípios da baixada fluminense. **Vivências: Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v..8, n.14: p.92-99, Maio/2012.

EBC - EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. Universidades federais conduzem mais de 800 pesquisas sobre covid-19. Instituições também produzem materiais para combate ao vírus. **Agência Brasil**, 11/05/2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/universidades-federais-conduzem-mais-de-800-pesquisas-sobre-covid-19>. Acesso em: 10 jun. 2020.

GIMENEZ, A. M. N.; SOUZA, G.; FELTRIN, R. B. Universidades brasileiras e Covid-19: fortalecendo os laços com a sociedade. **Boletim 2**, UNICAMP: São Paulo. Disponível em: https://portal.ige.unicamp.br/sites/portal8.ige.unicamp.br.portal/files/eventos/2020-04/Boletim%202_Final.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE Cidades Seropédica. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropédica/panorama>. Acesso em: 04 marc. 2021.

OLIVEIRA, Adriana Cristina; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. O que a pandemia da Covid-19 tem nos ensinado sobre adoção de medidas de precaução? **Texto contexto - enfermagem** [online]. 2020, v. 29, n. 1. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010407072020000100201&lng=e&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE/BRASIL– OPAS/BRASIL. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). Disponível em: https://www.paho.org/br/index.php?option=com_content&view=article&id=6130:covid-19-materiais-de-comunicacao&Itemid=0#atividade. Acesso em: 13 ago. 2020.

PANIZZON, Mateus; COSTA, Camila Furlan; MEDEIROS, Igor Baptista de Oliveira. Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. **Revista de Administração Pública**, v.54, n.4, p.635-649, 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEROPÉDICA - PMS. **COVID-19 em Seropédica. Acumulado de casos e óbitos confirmados**. Disponível em: <https://transparencia.seropedica.rj.gov.br/covid-19/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

WATANABEA, H. A. W.; Domingues, M. A. R. C.; DUARTE, Y. A. O. Covid-19 e as instituições de longa permanência para idosos: cuidado ou morte anunciada? **Geriatric, Gerontology, Aging**, p. 1-3, 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION - WHO. WHO Coronavirus Disease (COVID-19) Dashboard, 9 april 2021. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em: 04 mar. 2021a.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Advice on the use of masks in the context of COVID-19: interim guidance (corrigendum)**, 5 June 2020. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronavirus/corrigendum-to-ig-2020-4-ipc-masks-2020-06-05-pp-15-16-2020-06-06-e.pdf?sfvrsn=c5992b89_2. Acesso em: 30 jun.2020.b

doi

10.48209/978-65-89949-18-6

CAPÍTULO 6

AS CONTRIBUIÇÕES DO OBSERVATÓRIO DE DESIGUALDADES DE FRANCA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

*Anielly Schiavinato Leite
Angélica Vieira de Souza-Lopes
Jacques Felipe Iatchuk Vieira*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta a atuação – durante a pandemia da COVID-19 – do grupo de pesquisa e extensão comunicativa e popular Observatório de Desigualdades de Franca (ODF) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Franca, vinculado à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura da UNESP, e em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da universidade. Criado no ano de 2019 com o objetivo de estudar e melhor compreender a distribuição territorial das desigualdades no município de Franca/SP, bem como a da Região Administrativa de Franca/SP (RAF), por meio de mapeamento de desigualdades nos municípios, o ODF atua sob a coordenação do Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa, e tem como um dos objetivos a confecção periódica dos Mapas da Desigualdade de Franca e da RAF.

Os membros formadores da equipe multidisciplinar do ODF são graduados dos cursos de Direito, História, Serviço Social, Relações Internacionais, Engenharias e Psicologia, mestrandos dos Programas de Pós-Graduação em Direito e Planejamento e Análise de Políticas Públicas da UNESP Franca, bem como professores e colaboradores da UNESP Rio Claro, UNESP Franca, UNIFRAN e Centro Universitário Municipal Uni-FACEF.

Dentro do contexto pandêmico, a atuação do grupo (principalmente a de caráter extensionista) ficou comprometida. As medidas de segurança, como o isolamento social e o estabelecimento do trabalho em *home office* e do estudo à distância, fizeram com que o grupo tivesse que adaptar os projetos ao cenário. Desse modo, ficaram suspensas as atividades de campo, que visavam uma aproximação com as populações de cada território, a fim de compreender quais os problemas enfrentados e as demandas de cada localidade, para construção participativa de propostas de políticas públicas direcionadas a essas realidades.

Com o comprometimento das atividades presenciais, a comunicação com os diversos atores sociais foi readaptada, de modo paliativo, com a interação

e a divulgação dos trabalhos através das redes sociais virtuais. Os conteúdos publicados referem-se às temáticas dos grupos de trabalho do ODF (Saúde e Meio Ambiente; Mobilidade Urbana e Urbanização; Segurança e Direitos Humanos; Educação, Esporte, Lazer e Cultura; População, Trabalho e Renda, e Assistência Social) e, também, ao mapeamento semanal dos números da pandemia nos municípios da RAF (Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Franca, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra, e São José da Bela Vista). Tais trabalhos tiveram como intuito o acompanhamento da evolução da crise da COVID-19, a identificação dos impactos socioeconômicos relacionados a esta, e a eficácia ou não das políticas públicas adotadas pelas gestões municipais, estadual e federal. Além disso, o caráter da pesquisa foi reforçado e reformulado no grupo – a preocupação ultrapassou a parte de produção de conteúdo científico para ser publicado em meio acadêmico, adentrando na questão de adaptação (para uma melhor compreensão) e divulgação de conteúdos através das redes sociais – como estratégia para a comunicação com a população, e, também, como meio de informar acerca de temáticas de interesse coletivo.

Portanto, este trabalho apresenta parte das contribuições que o ODF fez, em busca de dar continuidade aos projetos iniciais, diante das dificuldades impostas pelo contexto pandêmico.

A EXTENSÃO COMUNICATIVA E POPULAR

O chamado tripé universitário – Ensino, Pesquisa e Extensão – é previsto constitucionalmente (art. 207), e entende-se que essa tríade é indissociável. Por isso, a existência e continuidade da atuação da extensão universitária faz-se extremamente necessária ainda em tempos de crise sanitária e isolamento social.

A extensão comunicativa e popular utiliza-se dos conceitos de Paulo Freire (1983) sobre a Educação Popular, que inferem uma construção horizontal de saberes. Por isso, o projeto do ODF é, para além de um grupo de pesquisa,

constituir-se como um grupo de extensão comunicativa e popular. Pode-se explicar esse conceito também como a atuação que é embasada numa Ecologia de Saberes (ACAUAN, 2019), na qual existe uma construção e integração de conhecimentos que se dá a partir da troca de saberes (entre o acadêmico e o popular, este vivenciado, principalmente, pelas classes mais vulnerabilizadas).

Ademais, as extensões comunicativas e populares têm, por objetivo final, serem instrumentos de promoção de transformações sociais (FERRO et al., 2015). Nesse sentido, o ODF tem como pretensão ser a ponte entre a universidade, a sociedade e o poder público, para que – a partir dos mapeamentos, do levantamento de demandas (vindas das populações distribuídas nas diferentes localidades), e de discussões de possíveis modos de combate às problemáticas – sejam construídos projetos de políticas públicas, nos quais a verdadeira construção parte da própria população, sendo o grupo mero instrumento nesse processo.

A COVID-19 NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE FRANCA

O ordenamento dos municípios paulistas, com formação de agrupamentos de municípios de acordo com as semelhanças econômicas, a hierarquia urbana e os modelos de polarização, teve seu primeiro estabelecimento por meio do Decreto Estadual nº 48.162, de 3 de julho de 1967, o qual dispôs sobre as normas para regionalização das atividades da administração estadual. Nesse Decreto foram criadas 11 regiões e 48 sub-regiões administrativas.

Dando continuidade ao processo de divisão regional para melhor planejamento e administração das políticas públicas, o Decreto Estadual nº 22.970, de 22 de novembro de 1984, determinou a criação de 42 regiões de governo. Por meio do Decreto Estadual nº 26.581, de 16 de janeiro de 1987, foi estabelecida a compatibilização entre as duas organizações (regiões administrativas e de governo), e constituída a Região Metropolitana da Grande São Paulo. Com o Decreto Estadual nº 32.141, de 15 de agosto de 1990, três novas regiões administrativas foram criadas: a Central, a de Barretos e a de Franca. No ano de 2014, o Gover-

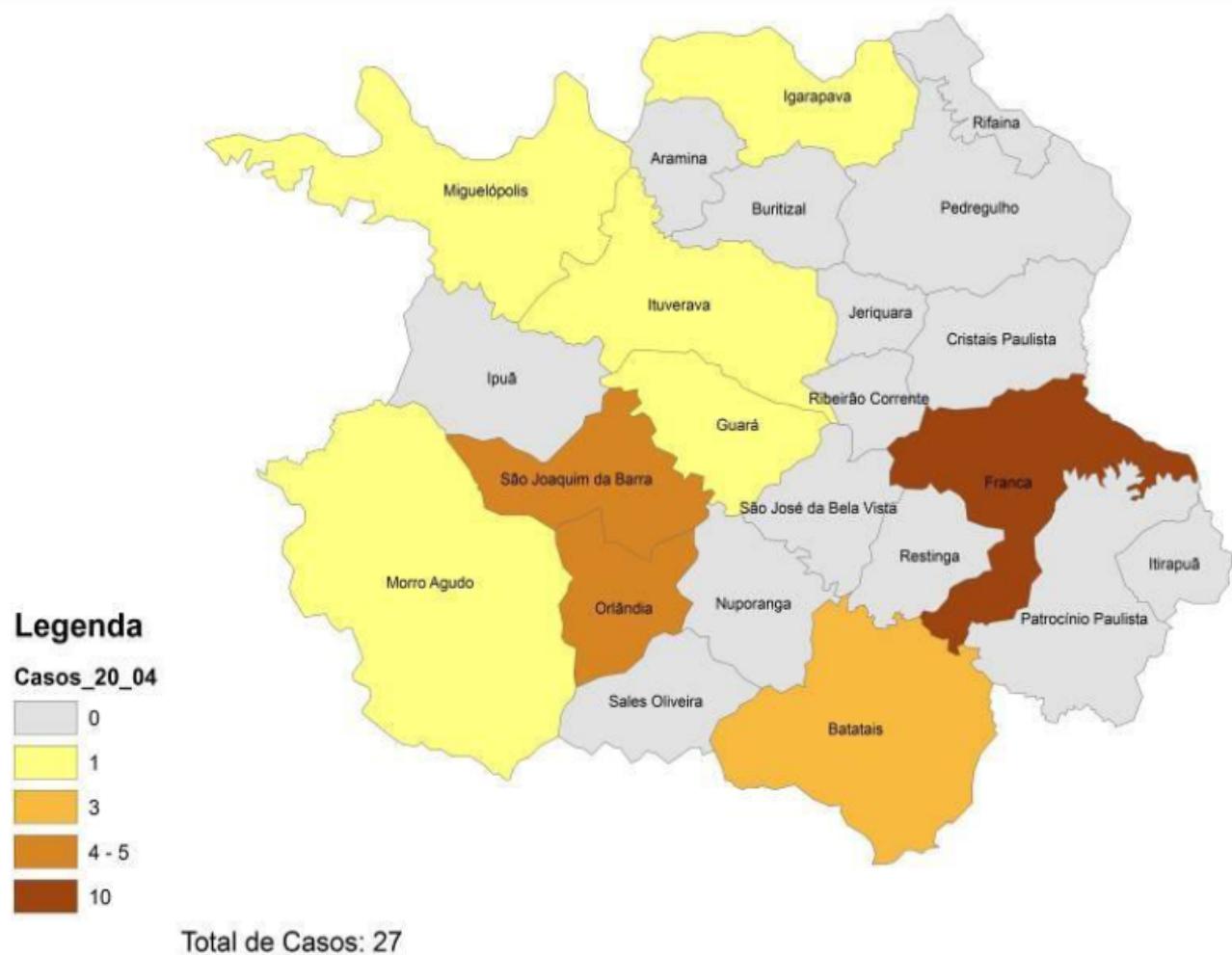
no Paulista apresentou uma nova alteração na composição das regiões administrativas do estado, com a criação da Região Administrativa de Itapeva, por meio do Decreto n° 60.135, de 10 de fevereiro de 2014.

A Região Administrativa de Franca (RAF), foco dos trabalhos desenvolvidos pelo ODF, é composta por 23 municípios, localizada na região nordeste do estado de São Paulo e ocupa uma área correspondente a 4,16% do território paulista.

O primeiro diagnóstico positivo de COVID-19 em um residente da RAF ocorreu no dia 31 de março de 2020, sendo uma mulher idosa habitante de Franca (FRANCA, 2020). O início do mapeamento dos casos confirmados e óbitos por COVID-19, realizados pelo Observatório de Desigualdades de Franca, ocorreu concomitante ao primeiro registro de óbito na RAF, com o lançamento dos primeiros mapas ocorrendo no dia 20 de abril de 2020. Para a realização dos mapas foram utilizados dados fornecidos pelas Secretarias de Saúde dos municípios da RAF, a realização de tabelas e o uso do software Arc GIS para o mapeamento com a distribuição espacial dos dados por município.

De acordo com o Mapa 1, verifica-se a distribuição espacial dos casos confirmados de COVID-19, na RAF, até o dia 20 de abril de 2020. Desde o início da pandemia, nota-se uma tendência de maior ocorrência dos casos no município de Franca, sede da região. Nesta data, o município de Franca foi responsável por 10 casos dos 27 registrados na RAF.

Mapa 1: Distribuição Espacial de Casos de COVID-19 na RAF



Fonte: SOUZA-LOPES; LEITE, 2020a.

No período de 31 de março a 20 de abril de 2020, a RAF apresentou o registro de um óbito por COVID-19, de acordo com o Mapa 2.

Mapa 2: Distribuição Espacial de Óbito de COVID-19 na RAF



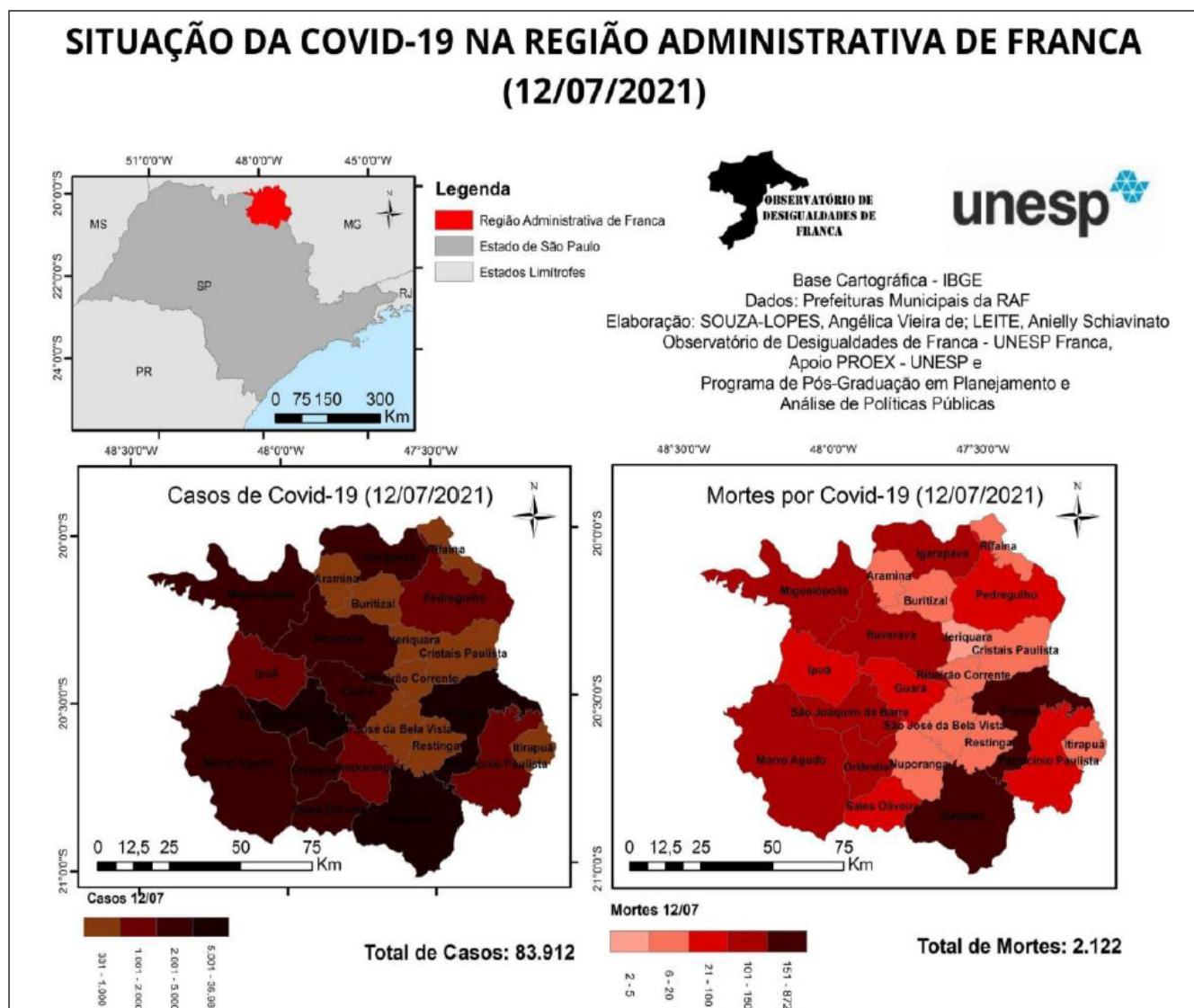
Fonte: SOUZA-LOPES; LEITE, 2020b.

Por meio do mapeamento realizado, observa-se que os municípios de maior complexidade urbana foram os mais atingidos pela contaminação e registros de óbitos por COVID-19 na RAF. A dispersão pelo novo coronavírus ocorreu a partir do município de Franca, município de maior importância econômica para os municípios menores que compõem a RAF. A relação entre os municípios, de acordo com a hierarquia urbana, acontece de modo que as cidades pequenas são subordinadas às cidades médias, que são dependentes das cidades grandes, metrópoles regionais, nacionais e globais, respectivamente.

Conforme Guimarães et.al (2020), a dispersão da COVID-19 no estado de São Paulo relacionou-se com a análise de rede e hierarquia urbana. Com os levantamentos dos dados sobre a pandemia de COVID-19 na RAF, nota-se a distribuição espacial de contaminados e óbitos em todos os municípios, mas há

uma maior incidência nas cidades maiores seguindo para as cidades menores da hierarquia, conforme se pode constatar com o Mapa 3. Ressalta-se o expressivo crescimento nos números de casos e óbitos nos municípios da RAF entre os mapeamentos feitos pelo ODF em abril de 2020 (Mapas 1 e 2) e os feitos em julho de 2021 (Mapa 3).

Mapa 3: Distribuição Espacial de casos e óbitos de COVID-19 na RAF



Fonte: SOUZA-LOPES; LEITE, 2021.

De acordo com o Mapa 3, foram registrados 83.912 casos de contaminação por COVID-19 na RAF, até a data de 12 de julho de 2021, com destaque para os municípios de Franca com 36.989, Batatais com 6.845 e São Joaquim da Barra com 6.227 casos confirmados. Foram registradas 2.122 mortes por COVID-19 na

RAF, com o município de Franca apresentando 872 óbitos, o que corresponde a 41,10% do total de óbitos da RAF.

Torna-se importante enfatizar que, “as centralidades urbanas e sua hierarquia são determinadas pela concentração de bens e serviços especializados e pelo grau de complexidade que apresentam” (MOURA; NAGAMINE; FERREIRA, 2021, p.14.). Porém, conforme evidenciado pelo elevado número de mortes por COVID-19 registrado no município de Franca, a complexidade de hierarquia urbana do município sede da RAF não foi capaz de permitir uma articulação de condições de ofertas de bens urbanos (nesse caso, hospitalar) para evitar o elevado número de óbitos evidenciando a desigualdade de acesso aos serviços médicos.

PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Apesar de a face mais evidente da pandemia de COVID-19 ser no campo da saúde, as consequências trazidas pela disseminação do vírus são sentidas também nas outras áreas da dinâmica social. Nesse sentido, para além dos mapamentos do avanço da COVID-19 sobre os 23 municípios da RAF, o ODF também produziu, durante esse período, conteúdos para as redes sociais analisando diferentes aspectos do momento de crise social e sanitária, bem como contribuiu para matérias da mídia local sobre políticas públicas de combate à pandemia. Desse modo, o grupo se empenhou para utilizar esses espaços como instrumentos de divulgação científica das pesquisas desenvolvidas por seus membros, a fim de auxiliar na conscientização e qualificação dos debates acerca do momento pandêmico na RAF.

Em relação às postagens, desenvolvidas a partir das pesquisas realizadas pelo grupo e com caráter de divulgação científica, elas buscaram evidenciar de forma acessível a dinâmica de interação da pandemia com as desigualdades sociais e o papel do Estado no enfrentamento dos problemas decorrentes. Apesar de versarem sobre temas variados, é possível agrupar os referidos conteúdos em dois tipos: a) os que tratam do agravamento de desigualdades durante o período

da pandemia; e b) os que analisam políticas públicas tomadas pelo Governo Federal e pelo Governo de São Paulo.

a)Desigualdades e Pandemia

A primeira das postagens temáticas feitas pelo ODF tratou dos impactos da pandemia sobre a questão de gênero, especificamente pelo recorte da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Além de uma explicação didática dos diferentes tipos de ações e omissões que se enquadram como violência de gênero (seja ela física, patrimonial, moral, sexual ou psicológica), o conteúdo buscou refletir sobre como a situação de isolamento social faz com que, muitas vezes, as vítimas fiquem trancadas com seus agressores. Nesse sentido, foram apresentados dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2020) que indicaram aumento de 45% nas ocorrências via 190 relativas a violência doméstica no estado de São Paulo entre fevereiro e abril de 2020 (primeiros meses de pandemia no Brasil) quando comparados com o mesmo período de 2019, bem como crescimento de 431% na frequência de relatos de brigas de casal na rede social Twitter ao longo dos referidos meses. Por fim, a postagem é finalizada com reflexões a respeito da subnotificação de casos de violência de gênero (em decorrência de diferentes elementos como medo, vergonha, dificuldade financeira, não reconhecimento da violência e dificuldade para a realização da denúncia) e com informações sobre canais para procurar ajuda em caso de violência.

O segundo assunto abordado por conteúdo temático nas redes sociais do Observatório foi a questão do direito à cidade no contexto pandêmico. Em um primeiro momento, a postagem estabelece o direito à cidade como “o direito coletivo a espaços e cotidianos democráticos, saudáveis e socialmente justos”, que “busca garantir a construção de territórios voltados para os desejos e as potencialidades das pessoas, livres de sistemas de opressão”, conceituação reforçada pela referência à obra de David Harvey (2013). A partir disso, o conteúdo relaciona esse objeto com o contexto pandêmico, mostrando como as desigualdades socioespaciais servem como catalisadoras dos efeitos da COVID-19, como evidenciado, por exemplo, pela maior concentração de casos e óbitos nos distritos

de maior presença de população preta e parda e domicílios em favelas¹, fator que deveria ser levado em conta no planejamento das políticas de enfrentamento da doença². A postagem passa, então, a tratar das especificidades de Franca, onde os dados da Prefeitura Municipal apontam 44.140 lotes (29,5% do total) vazios, em meio a processo de expansão urbana contínua. Desse modo, o município apresenta cenário de áreas esvaziadas onde há infraestrutura adequada e disponibilidade de serviços ao mesmo tempo em que promove a ocupação de áreas afastadas das estruturas já consolidadas. A partir disso, encerramos a postagem ressaltando a necessidade de se pensar essas especificidades dos territórios para o planejamento de ações de combate à pandemia e para momentos posteriores, em busca de espaços mais democráticos e saudáveis.

O terceiro dos conteúdos temáticos a dialogar com a questão da COVID-19 tratou do ensino remoto e a desigualdade de acesso virtual. A postagem contextualizou a situação da educação pública francana (com 48.151 alunos distribuídos em 56 unidades municipais e 68 estaduais) e em seguida apresentou dados coletados pela Prova Brasil que apontam que, no ano de 2017, na rede pública de ensino do município de Franca, 28% dos estudantes de 5º ano e 25% dos de 9º ano não contavam com computador em casa (INEP, 2017). Isso evidencia o impeditivo para que parcela significativa dos jovens participem de maneira adequada das aulas por meio virtual. Ainda nesse sentido, a postagem diferencia Ensino à Distância, com planejamento e metodologia próprios, bem como acompanhamento por tutores, de Ensino Remoto, instituído de forma emergencial para mitigar os impactos da pandemia na educação, como previsto pelo art. 32, IV da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), mas sem necessariamente haver planejamento específico ou treinamento para os profissionais. Por fim, após apresentar os dados da APEOESP de que a participação média dos alunos no ensino remoto em maio e junho de 2020 foi

1 Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/2020/06/24/edicao-extraordinaria-do-mapa-da-desigualdade-indica-o-endereco-como-fator-de-risco-na-pan/>. Acesso em: 19 jul. 2021

2 Passado mais de um ano do início da pandemia, essa constatação se mantém atual e relevante para a reflexão crítica a respeito da política de vacinação adotada. Sobre isso, cf. Marinho; Brito; Mendonça; Rolnik, 2021.

de apenas 27,3%¹, a postagem é concluída refletindo sobre os desafios a serem enfrentados para reduzir os impactos negativos da pandemia sobre a educação.

O quarto e último conteúdo sobre o agravamento de problemáticas sociais no contexto da COVID-19, tratou da ampliação da desigualdade de renda no Brasil e em Franca. Partindo da contraposição entre o aumento do número de bilionários brasileiros na pandemia² e o fato de que o número de brasileiros vivendo na pobreza subiu de 9,5 milhões para mais de 27 milhões entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021³, e tendo em vista o aumento de 6,1% no índice de Gini nas regiões metropolitanas do país (SALATA; RIBEIRO, 2020), a postagem reflete sobre o significado desses números. O conteúdo mostra que, sendo o rendimento médio mensal do trabalhador formal francano de R\$2.285,66 (SEADE, 2018), este levaria aproximadamente 36 mil e 500 anos para se tornar um bilionário, ao mesmo tempo em que 4 dos novos bilionários brasileiros têm relação direta com o município de Franca, por serem acionistas do Magazine Luiza (empresa de varejo brasileira fundada em Franca). Ainda nesse cenário de aumento de desigualdades, os dados da Prefeitura de Franca apontam a inscrição de aproximadamente 2100 famílias no Programa Renda Franca (de pagamento de R\$300,00⁴ por um período de 3 meses), mais que o dobro das 1000 vagas disponíveis. Por fim, o conteúdo elenca medidas de curto, médio e longo prazo para o enfrentamento das desigualdades de renda, como a retomada do auxílio emergencial de R\$600,00, a isenção de contas de água e luz para famílias em vulnerabilidade, a reforma tributária progressiva e a retomada da política de aumento real do salário-mínimo.

1 Disponível em: Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2020/levantamento-da-apeoesp-mostra-que-ensino-a-distancia-tem-participacao-media-de-27-3-dos-alunos/>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

2 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bbc/2021/04/07/lista-bilionarios-forbes-brasileiros-crescimento-recorde-pandemia-covid-19.htm>. Acesso em: 19 jul. 2021.

3 Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/04/05/numero-de-brasileiros-que-vivem-na-pobreza-quase-triplicou-em-seis-meses-diz-fgv.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2021.

4 A postagem lembra, entretanto, com base nos dados do DIEESE (2021) que o valor não supre as demandas básicas de alimentação familiar, tendo em vista o aumento de 26,4% do preço do conjunto dos alimentos no Brasil em 12 meses. Na capital paulista, o custo dos alimentos básicos para um mês de refeições de um adulto à época era de R\$654,15.

b) Análise de Políticas Públicas

Os conteúdos relativos à análise de políticas públicas relacionadas à pandemia da COVID-19 foram construídos com uma explicação inicial do objeto, seguida de reflexão sobre seus impactos sociais.

A primeira das postagens tratou da omissão de dados referentes à pandemia pelo governo Bolsonaro, a partir da repercussão nacional e internacional do tema. A partir disso, foi desenvolvida uma explicação sobre o que é a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), seu papel na garantia de transparência, fiscalização e participação social, e como essa ação do Governo Federal descumpria a legislação. Por fim, é feita uma explicação sobre como o acesso à informação é essencial para a elaboração democrática de políticas públicas baseadas em evidências, o que está diretamente relacionado com os objetivos do ODF enquanto grupo de pesquisa e extensão.

A segunda postagem nessa categoria tratou do Plano São Paulo, política estadual que regula a flexibilização da quarentena nos Departamentos Regionais de Saúde (DRS). São elencados os critérios para avaliação de cada DRS: a) média da taxa de ocupação de leitos de tratamento intensivo para COVID-19; b) número de leitos UTI COVID-19 por 100 mil habitantes; c) taxa de acréscimo ou decréscimo de casos confirmados; e d) internações e mortes pela doença na comparação com a semana anterior. Entretanto, para além do equívoco da reabertura à época, o conteúdo buscou refletir sobre o fato de que em Franca não houve planejamento adequado ou política de conscientização para uma flexibilização responsável.

Por fim, o terceiro conteúdo relacionado a políticas públicas tratou do Auxílio Emergencial enquanto medida de segurança social. Após uma exposição didática da política, com explicação dos critérios para ter direito ao benefício e valores, a postagem reflete sobre a importância de o auxílio emergencial vir acompanhado de outras políticas públicas que visem a preservação da vida e redução

das desigualdades. O conteúdo é finalizado com uma análise das irregularidades e problemas relacionados ao benefício.

Cabe destacar, ainda no âmbito da divulgação científica, a participação do ODF em matérias realizadas pela mídia francana. Em três momentos diferentes, membros do grupo foram convidados a contribuir com análises sobre a política de mudança de fases do Plano São Paulo em Franca¹ (FALEIROS, 2021^a), sobre o lockdown decretado no município² (FALEIROS, 2021b) e sobre os dados da pandemia após o avanço da vacinação³.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou expor de forma breve parte das contribuições dadas pelo grupo de pesquisa e extensão comunicativa e popular Observatório de Desigualdades de Franca durante o período da pandemia da COVID-19. Apesar das limitações impostas pelo momento pandêmico, o grupo procurou se reorganizar em torno de novas formas de trabalho, a fim de manter o objetivo de construir conhecimento popular sobre desigualdades nos municípios da RAF e políticas públicas.

Os mapeamentos feitos pelo grupo permitem um acompanhamento periódico do avanço da pandemia sobre a RAF, elemento importante tanto para uma conscientização a respeito da gravidade do momento vivido quanto para a formulação de políticas públicas articuladas entre os 23 municípios no enfrentamento da COVID-19. Já os conteúdos feitos para as redes sociais objetivam difundir, de forma acessível, conhecimento científico a respeito das relações entre as diversas desigualdades sociais e o momento pandêmico, auxiliando na conscientiza-

1 Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/418660/franca/2021/04/fases-mudam,-mas-comportamento-do-francano,-nao-media-de-isolamento-da-cidade-e-inferior-a-40-em-2021>. Acesso em: 19 jul. 2021.

2 Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/420592/franca/2021/06/nem-lockdown-segura-o-francano-em-casa,-enquanto-pandemia-cresce>. Acesso em: 19 jul. 2021.

3 Disponível em: <https://gcn.net.br/noticias/421589/franca/2021/07/-cerca-de-193-mil-pessoas-ainda-teriam-que-ser-totalmente-imunizadas-para-o-controle-da-pandemia-em-franca>. Acesso em: 19 jul. 2021.

ção e na qualificação do debate público sobre a pandemia.

Desse modo, o ODF se adaptou ao momento para trazer contribuições em variados campos e se inserir no debate sobre os rumos das políticas públicas nos municípios da RAF. Como próximos passos, o grupo trabalha na produção do documento do Mapa da Desigualdade da RAF, trazendo dezenas de indicadores sobre a realidade existente nos 23 municípios da região, e que servirá como base para a realização de debates com diferentes grupos e atores sociais para pensar soluções para os problemas enfrentados.

REFERÊNCIAS

ACAUAN, Ana Paula. **Ecologia de Saberes**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/revista/ecologia-de-saberes/>. Acesso em: 16 jul. 2021.

APEOESP (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo). Levantamento da **Apeoesp** mostra que ensino a distância tem participação média de 27,3% dos alunos. Apeoesp, 12 de junho de 2020. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias-2020/levantamento-da-apeoesp-mostra-que-ensino-a-distancia-tem-participacao-media-de-27-3-dos-alunos/>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 17 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do §3º do art. 37 e no §2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159 de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 19 jul. 2021.

DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos). **Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos – Janeiro de 2021**. São Paulo, 8 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analise-cestabasica/2021/202101cestabasica.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2021.

FERRO, A. C. I.; TURONI, G. N.; CRUZ, S. R.; DO CARMO, O. A.; SANT'ANA, R. S. Papel do NATRA enquanto extensão comunicativa e popular na luta pela Reforma Agrária na região de Franca e Ribeirão Preto. In: **8º Congresso de Extensão Universitária da UNESP**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), p. 1-4, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/142405>. Acesso em 17 jul. 2021.

FRANCA. **Boletim Epidemiológico Coronavírus Franca**. 2020. Disponível em: https://www.franca.sp.gov.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&id=1855&Itemid=1875. Acesso em: 10 jul. 2021.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?**. 8. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1983.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Nota Técnica Violência Doméstica durante a Pandemia de COVID-19**. 16 de abril de 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/05/violencia-domestica-covid-19-v3.pdf>. Acesso em 19 jul. 2021.

FUNDAÇÃO SEADE. **Perfil dos Municípios Paulistas**: Franca. Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (em reais correntes) – 2018.

GUIMARÃES, R. B et. al. O raciocínio geográfico e as chaves de leitura da Covid-19 no território brasileiro. **Estudos Avançados**, 34 (99), p. 119-139, 2020.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. **Revista Piauí**, São Paulo, Edição 82, julho de 2013. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em: 20 jul. 2021.

INEP (Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Resultados SAEB 2017**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/resultados>. Acesso em: 19 jul. 2021.

MARINO, Aluizio; BRITO, Gisele; MENDONÇA, Pedro; ROLNIK, Raquel. Prioridade na vacinação negligencia a geografia da Covid-19 em São Paulo. **LabCidade**, São Paulo, 26 de maio de 2021. Disponível em: <http://www.labcidade.fau.usp.br/prioridade-na-vacinacao-negligencia-a-geografia-da-covid-19-em-sao-paulo/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

SOUZA-LOPES, A.V.; LEITE, A. S. **GIF- Avanço de casos confirmados para a COVID-19 na Região Administrativa de Franca.** 2020a. Disponível em: <https://www.facebook.com/106050941013408/videos/713439526050725>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SOUZA-LOPES, A.V; LEITE, A. S. **GIF - Avanço de mortes para a COVID-19 na Região Administrativa de Franca.** 2020b. Disponível em: <https://www.facebook.com/106050941013408/videos/2635367186706935>. Acesso em: 15 jul. 2021.

SOUZA-LOPES, A.V; LEITE, A. **Situação da COVID-19 na Região Administrativa de Franca (12/07/2021).** 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/observatoriodesigualdadesdefranca/photos/a.108109940807508/342994473985719>. Acesso em: 17 jul. 2021.

SÃO PAULO. Estado. **Decreto n. 48.162, de 3 de julho de 1967.** Dispõe sobre normas para regionalização das atividades da administração estadual. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1967/decreto-48162-03.07.1967.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SÃO PAULO. Estado. **Decreto n. 22.970, de 29 de novembro de 1984.** Cria Regiões de Governo e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22970-29.11.1984.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SÃO PAULO. Estado. **Decreto nº 60.135, de 10 de fevereiro de 2014.** Regula a Lei nº 12.517, de 2 de janeiro de 2007, que cria a Região Administrativa de Itapeva, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60135-10.02.2014.html>. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOBRE OS ORGANIZADORES

PAULO RICARDO FERREIRA PEREIRA



Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialização em andamento no Curso Fundamentos Linguísticos para o Ensino da Leitura e da Escrita, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Letras - Língua Portuguesa pela UFCG.

TAÍSA RITA RAGI



Graduanda em Letras- Português e Inglês, pela Universidade Federal de Lavras.

SIMONE APARECIDA GRILLO PEREIRA DE LIMA



Mestranda em Educação Profissional pelo Centro Paula Souza, possui graduação em Letras - Português e Inglês pelo Centro Universitário Amparense. Graduada em Letras com habilitação em espanhol pela Unifran. Graduada em Pedagogia pela Unicid. É especialista em Metodologia do Ensino da Língua Inglesa Espanhola e Portuguesa e Psicopedagoga. Atualmente atua junto a FATEC de Bragança Paulista como docente na área de Espanhol e na ETEC como docente nos cursos de línguas. Fez tradução de sites importantes para o espanhol como <http://brazil.mom-rsf.org/br/>

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Ana Paula da Silva Sotero

Advogada. Mestranda em Direito pela Universidade Federal da Bahia - UFBA. Especialista em Direito Penal e Processual Penal. Especialista em Criminologia. Graduada em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Professora de Direito Penal e Jurisdição Constitucional da Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista. E-mail: anapaula_sotero@hotmail.com

Anielly Schiavinato Leite

Graduanda em Direito – UNESP Franca (SP), membra do Observatório de Desigualdades de Franca (ODF) – UNESP Franca, bolsista de iniciação científica CNPq. E-mail: anielly.schiavinato@unesp.br

Angélica Vieira de Souza-Lopes

Pós-doutoranda em Geografia – UNESP Rio Claro, membra do ODF – UNESP Franca. E-mail: angelicaviso.geo@gmail.com

Celina Angélica Lisboa Valente Carlos

Doutoranda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora Adjunta do Instituto de Ciência Sociais Aplicadas da UFRRJ. Email: celinavalente@yahoo.com.br

Consuelo Salvaterra Magalhães

Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada do Instituto de Ciência Sociais Aplicadas da UFRRJ. Email: salvmag@gmail.com

Débora Pires Teixeira

Doutora em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professora Adjunta do Instituto de Ciência Sociais Aplicadas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3143-8676>. E-mail: deborapite@gmail.com

Evaniele Freire Lima

Licenciada em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Campina Grande. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino da Universidade Federal de Campina Grande. Professora do Sistema Municipal de Campina Grande. E-mail: nielle.ufcg@gmail.com.

Juliana Marcelino Silva

Graduanda em Letras (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Atualmente, bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), com o projeto “O lugar do ensino de escrita em cursos de graduação”. E-mail: julianamarcelino54@gmail.com.

Jacques Felipe Iatchuk Vieira

Mestrando em Planejamento e Análise de Políticas Públicas – UNESP Franca, membro do ODF – UNESP Franca. E-mail:

Luciano de Oliveira Souza Tourinho

Pós-doutor em Direitos Humanos (Direitos Sociais) pela Universidad de Salamanca. Doutor e Mestre em Direito Público - Direito Penal pela Universidade Federal da Bahia. Especialista em Direito Público e em Ciências Criminais. Graduado em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor Adjunto de Direito Penal e Direito Processual Penal na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Professor de Direito da Execução Penal na Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Diretor Geral da Faculdade Santo Agostinho de Itabuna. Coordenador do Núcleo de Estudos de Direito Contemporâneo - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e Faculdade Santo Agostinho de Vitória da Conquista. Escritor de obras jurídicas. Avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASis).

E-mail: luciano.tourinho.jus@gmail.com.

Luanda dos Santos Alves

Mestre em Educação Agrícola pela UFRRJ. Técnica e coordenadora da Unidade de Produção de Artigos Têxteis da UFRRJ. E-mail: iuarural@gmail.com

Maurício Pereira Barros

Mestrando em Educação Cultura e Territórios Semiáridos – UNEB/PPGESA. Pós-Graduado em Tecnologias digitais aplicadas a educação – IFES. Pós-Graduado em Educação especial e libras – KURIOS. Pós-Graduado em Psicopedagogia institucional e clínica – FECR. Pós-Graduado em ciências das religiões – UPRO-MINAS. Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Graduado em Normal Superior pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Licenciado em Geografia – UNIFAVENI. Tecnólogo em gestão de recursos humanos – RH/ FTM. Professor pesquisador em Relação de Gênero no contexto educacional e feminismo pelo CNPq. Em educação Especial e Educação Infantil. E-mail: profmauriciobarros2020@gmail.com

Milly Dias Brito

Especialista em Novas Metodologias e Práticas Docentes do Ensino Superior. Graduada em Serviço Social Pela Universidade do Norte do Paraná. Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Tecnologias e Ciências.

E-mail: milly.brio@vic.fasa.edu.br.

Paulo Ricardo Ferreira Pereira

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Linguagem e Ensino (PPGLE), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Especialização em andamento no Curso de Fundamentos Linguísticos para o Ensino da Leitura e da Escrita (CEFLE), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: paulobtw@live.com

Raquel Santos Lombardi

Universidade Federal de Juiz de Fora-Campus Universitário, Rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-900.

E-mailraquellombardi@yahoo.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3237-4352>

Simone Aparecida Grillo Pereira de Lima

Mestranda em Educação pelo Centro Paula Souza e Docente de Ensino Superior na FATEC de Bragança Paulista. E-mail: simonegrillo@gmail.com

Stephane Aparecida Ribeiro Reis

Analista Pleno em Projetos de Integrações na Afya Educacional Belo Horizonte, Minas Gerais. Especialista em Gestão de Negócios pela Fundação Dom Cabral. Graduada em Administração pelo Centro Universitário de Belo Horizonte. E-mail: stephane.reis@afya.com.br.

Taísa Rita Ragi

Graduanda em Letras Português e Inglês pela Universidade Federal de Lavras. E-mail: taisaragi@gmail.com.

Warley Stefany Nunes

Universitat de Barcelona, Av. Josep Tarradellas i Joan, 179, 08901 L'Hospitalet de Llobregat, Barcelona.
E-mail: warley_stefany@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9386-224>



www.arcoeditores.com



contato@arcoeditores.com



@arcoeditores



/arcoeditores



(55)99723-4952



ISBN: 978-65-89949-18-3

BL

9 786589 949183

ARCO
EDITORES